



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

DEZEMBRO 2008

Secretaria de
Comunicação
Social



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

DEZEMBRO 2008

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

ATENÇÃO:

PRÓXIMA EDIÇÃO

MARÇO/2009

Os dados dos relatórios
Retrato Social e Retrato Econômico
serão atualizados e disponibilizados
na versão eletrônica, nos
endereços abaixo:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Caderno Destaques de dezembro leva a você o rol de medidas adotadas pelo Governo Federal para garantir a oferta de crédito e enfrentar os efeitos da crise financeira internacional. Ver página 49.

O avanço do Pronasci, com o início da implementação de Territórios de Paz em duas comunidades, no RJ e em PE, e os cuidados a serem tomados pela população para prevenir a dengue também recebem atenção neste número.

Destaques não será publicado em janeiro e fevereiro de 2009. A próxima edição será divulgada em março. Mas as informações do Retrato Econômico e do Retrato Social serão atualizadas na versão eletrônica.

Registramos aqui o agradecimento especial às equipes técnicas de ministérios, institutos, agências e empresas estatais, que desde o início colaboram para o êxito da publicação. Desejamos a todos, colaboradores e leitores, um feliz 2009.

Boa leitura!

Equipe do Destaques

destaques.secom@planalto.gov.br

As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal.

Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Críticas e sugestões são bem-vindas e podem ser enviadas para
destaques.secom@planalto.gov.br

É permitida a reprodução, total ou parcial, mediante citação da fonte.

É livre a utilização de links para DESTAQUES em sítios web.

Edições anteriores podem ser obtidas no seguinte endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

SUMÁRIO

Apresentação	3
Sumário	5

Parte 1	
Brasil hoje	7
Retrato Social	8
Retrato Econômico	10
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15

Parte 2	
Programas 2007 e 2008	17
PAC	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família	21
PDE	22
Plano Nacional de Turismo – PNT	24
Pronasci	25
ProJovem	26
PAC Funasa	27
Povos Indígenas	28
Pessoas com Deficiência	29
Mais Cultura	30
Criança e Adolescente	31
PAC Ciência e Tecnologia	32
Quilombolas	33
Mais Saúde	34
Territórios da Cidadania	36
Registro Civil e Documentação Básica	38
Reforma Tributária	39
Mulheres	40
PAC Embrapa	41
Amazônia Sustentável – PAS	42
Desenvolvimento Produtivo – PDP	43
Mais Alimentos	44
Mais Pesca e Aqüicultura	45

Parte 3	
Temas setoriais e atualidades	47
Territórios de Paz	48
O Brasil e a Crise Financeira	49
Brasil unido contra a dengue	50
Meio Ambiente	52
Mudança do Clima	53
2009: Ano da França no Brasil	54
Relação com Municípios	55
Habitação e Saneamento	56
Esportes	57
Emprego	58
Previdência Social	59
Portos	60
Exportações	61
Mudança no campo	62
Agricultura e Pecuária	63
Combustíveis	64
Energia Elétrica	65

Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos	67
Exploração Sexual - artigo	68
Dia da Consciência Negra - artigo	70
Pessoas com Deficiência - Conferência	71
Conferência de Biocombustíveis	72
G-20 Financeiro	73
PNAD 2007	74
Ambiente de Negócios	75
Conselhos e Conferências Nacionais	78

Índice remissivo	
Edições anteriores	81

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para: destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
Retrato Social	8
Retrato Econômico	10
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15

2008
2 dez

Discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República
IX Fórum de Governadores do Nordeste. Recife, PE.

“Agora é a hora de a gente trabalhar com todo o rigor e com toda a ousadia, para que a gente não permita que dinheiro que já está disponibilizado para estados e municípios deixe de ser aplicado nas obras para gerar emprego e renda, fique guardado em um banco por ineficiência nossa. (...) Nesse momento em que temos bases de garantia, de estabilização, com as reservas e as condições fiscais, melhores que qualquer outro momento da história deste país – e tem pouco país rico na situação fiscal que está o Brasil – temos que dizer o seguinte: nós precisamos economizar o máximo que a gente puder em custeio e gastar o máximo que a gente puder em investimentos públicos, em obras públicas (...) nesse momento, os estados, a prefeitura, os governadores de estados e o governo federal podem ser os indutores.”

RETRATO SOCIAL

Indicadores sociais, apontam melhorias, entre as quais a redução da pobreza e das desigualdades entre brasileiros

Redução da pobreza, da desigualdade e da fome¹

- Pobreza²: de 43,5% da população em 2002 para 30,3% em 2007.
- Pobreza extrema³: de 20,5% da população para 11,5% (2002-2007).
- Desigualdade de renda domiciliar⁴: de 0,553 em 2002 para 0,528 em 2007 (-4,5%).
- Desnutrição (menores de cinco anos abaixo do peso): de 12,5% (2003) para 4,8% (2008).

Crescimento da ocupação, do emprego e da renda

- Taxa média anual de desocupação: de 9,2% em 2002 para 8,2% em 2007.
- Crescimento do emprego formal recorde em 2007: 2.452.181 novos postos.
- Renda cresceu em todos os segmentos, sendo que a dos 10% mais pobres aumentou 22,2%, e a dos 10% mais ricos, 0,3% entre 2002-2007.
- Crescimento da renda das mulheres mais intenso que a dos homens, e diminuiu diferença da renda entre brancos e negros.

Democratização e melhoria da qualidade da educação

- Analfabetismo (maiores de 15 anos) caiu de 11,8 % (2002) para 9,9% (2007).
- 82% dos jovens de 15 a 17 anos na escola em 2007.
- Acesso à universidade: ampliado em 1,3 milhão de estudantes (2003-2007).

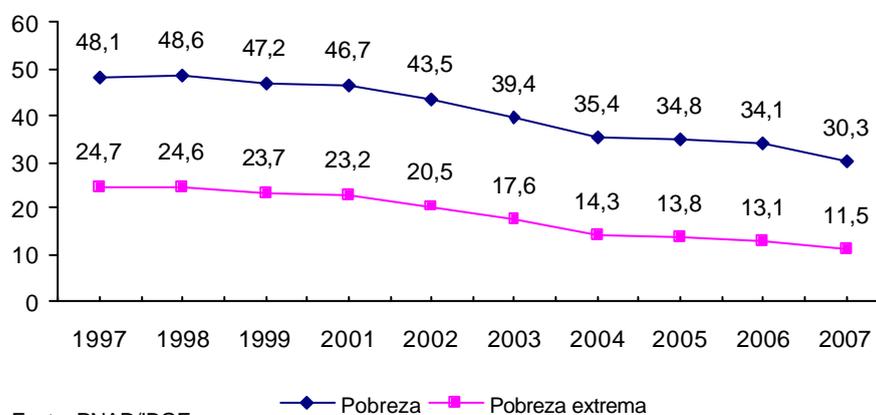
Promoção do acesso universal à saúde

- Mortalidade infantil: de 24,3 por mil nascidos vivos em 2002 para 19,3 em 2007.
- Esperança de vida: de 70,4 anos (2000) para 72,7 (2007).
- 93,1 milhões de brasileiros cobertos por equipes de Saúde da Família.

Fortalecimento da cidadania

- Reforço às ações de combate ao trabalho escravo, promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero, igualdade racial, proteção a indígenas e apoio à juventude.

**Redução da Pobreza e da Pobreza Extrema
Brasil 1997-2007 (em % da população)**



Fonte: PNAD/IBGE.

1 Fonte dos dados: apresentação do Ministro Luiz Dulci no Encontro com os Movimentos Sociais realizado no Palácio do Planalto em 26nov/08. Ver www.presidencia.gov.br/secgeral

2 Renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo.

3 Renda mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo.

4 Medida pelo Coeficiente de Gini, em que a desigualdade varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).

RETRATO SOCIAL – COMPARATIVO

Comparativo 2002 e 2007 de indicadores sociais selecionados da PNAD¹

Indicador	2002	2007 ²	Variação (%)
Abastecimento de água (% domicílios)	82,0	84,3	+3
Esgotamento sanitário (% domicílios)	46,5	52,0	+12
Lixo coletado (% domicílios)	84,8	88,4	+4
Iluminação elétrica (% domicílios)	96,7	98,5	+2
Telefone (% domicílios)	61,7	77,7	+26
Máquina de lavar roupa (% domicílios)	34,0	40,0	+18
Televisor (% domicílios)	90,0	94,8	+5
Microcomputador (% domicílios)	14,2	27,0	+90
Microcomputador com acesso a internet (% domicílios)	10,3	20,4	+98
Taxa de fecundidade (filhos nascidos vivos por mulher)	2,26	1,95	-14
Taxa de escolarização – pessoas de 7 a 14 anos (% população)	96,9	97,7	+1
Taxa de analfabetismo – maiores de 15 anos (% população)	11,8	9,9	-16
Número médio de anos de estudo – pessoas de 10 anos ou mais (% população)	6,3	7,0	+11
Taxa de desocupação (% população)	9,2	8,2	-11
Contribuintes da previdência social (% população ocupada)	45,0	51,1	+14
Trabalho infantil (% pessoas ocupadas na população de 5 a 17 anos)	12,6	10,6	-16
Rendimento médio real dos trabalhadores (R\$)	899	960	+7

1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE.

2 Dados harmonizados com 2002 (exclui região Norte rural) para permitir comparação.

RETRATO ECONÔMICO

Fundamentos sólidos da economia brasileira contribuem para resistir à crise financeira internacional – ver página 49

Políticas monetária e fiscal mantêm a inflação sob controle

- IPCA (nov/08): 0,36% (-0,09 p.p. ante out/08). Últimos 12 meses: 6,39%.
- Superávit primário: 5,6% do PIB (jan-out/08), contra 5,1% em jan-out/07.

Grau de investimento e elevado nível de reservas

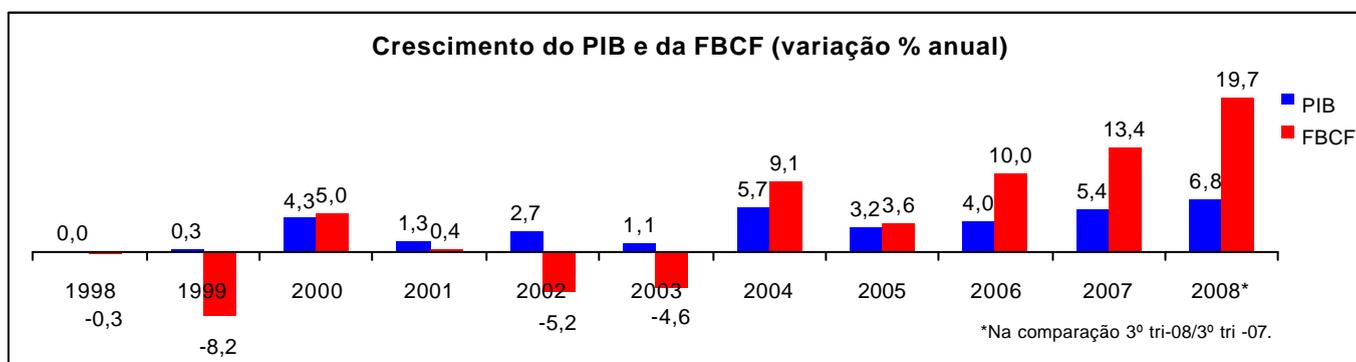
- País obteve classificação de grau de investimento por cinco agências de risco¹.
- Reservas internacionais: US\$ 206,4 bi (28nov/08).
- Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Crescimento da demanda doméstica

- Consumo: cresceu 7,3% (3º tri/07-3º tri/08). Aumenta há 20 trimestres consecutivos. R\$ 1,6 tri em 2007 (+6,5% frente 2006).
- Comércio varejista (vendas): +9,4% em relação a mesmo mês do ano anterior (set/08).
- Emprego: 14 milhões de ocupações criadas, sendo 11 milhões formais (jan/03-out/08). Ver pág. 58.
- Mercado de crédito continua em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 1,2 tri (out/08) ou 40,2% do PIB.

Expansão da produção, do investimento e das exportações

- PIB: aumentou 6,8% (3º tri/07-3º tri/08). Cresce há 27 trimestres consecutivos. No acumulado em 2008 (até 3º tri), variou 6,4%. R\$ 2,6 tri em 2007 (+5,4% frente 2006).
- FBCF²: +19,7% (3º tri/07-3º tri/08). Aumenta há 19 trimestres consecutivos. Somou R\$ 450 bi em 2007 (+13,4% frente 2006): maior taxa histórica.
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006), US\$ 34,7 bi já acumulados em 2008 (jan-out/08) e US\$ 3,9 bi em out/08.
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 7 bi (2007), US\$ 15,6 bi (jan-out/08) e US\$ 240 mi (out/08).
- Exportações: US\$ 198,4 bi acumulados em 12 meses (nov/08). Recorde histórico.
- OCDE³ prevê que o Brasil será a única grande economia que não terá uma forte desaceleração de sua atividade econômica nos próximos seis meses.



Fonte: IBGE.

1 Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

2 Formação Bruta de Capital Fixo (rubrica que indica investimento nas Contas Nacionais).

3 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

RETRATO ECONÔMICO – COMPARATIVO

Comparativo 2003 e 2008 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	jan/03	out/08	Variação (%)
PIB – Produto Interno Bruto (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanco de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	-8.609	- 1.307
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	1.613 ³	+40
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,53	+22
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	206.377 ³	+448
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	3.913	+322
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	240	+33
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	489 ³	-66
Juros Selic⁴ (% a.a.)	25,00	13,75 ³	-45
Crédito total (% do PIB)	21,8	40,2	+84
Dólar comercial (R\$)	3,44	2,27 ³	-34
Inflação IPCA⁵ (% a.m.)	2,25	0,36 ³	-84
Cesta básica (R\$)	203 ⁶	210 ³	+3
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	39,8	+39
Taxa de desocupação - regiões metropolitanas (%)	11,2	7,5	-33
Salário mínimo real⁷ (R\$)	275	415	+51
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	137,88	+50
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,7 ⁸	133,1 ⁹	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	142,37 ¹⁰	+52

1 PIB 2002.

2 PIB 2007.

3 Nov/08.

4 Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central.

5 Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

6 Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de nov/08.

7 Deflaciou-se o salário mínimo nominal pelo INPC do IBGE. Base: out/08. Fonte: Ipeadata.

8 Safra 2002.

9 Safra 2007.

10 Set/08.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol e biodiesel brasileiros contribuem para transformação econômica e social e produzem energia limpa e renovável

Composição da matriz energética brasileira (2007)

- Energia gerada da cana-de-açúcar supera a produzida por hidrelétricas¹.
- Fontes renováveis responderam por 45,9% da matriz energética nacional em 2007 (45% em 2006); no mundo, as fontes renováveis representam 12,7% da matriz².

Leilões de biodiesel³

- 12º leilão realizado em 24nov/08: adquiridos 330 milhões de litros, para fornecimento no 1ºtrim/09⁴.
- 96% do volume arrematado será originado de usinas detentoras do Selo Combustível Social⁵.

Etanol – crescimento consistente do mercado

- Jan-out/08: exportados 4,2 bilhões de litros. 2007: 3,5 bilhões de litros.
- Veículos *flex-fuel*: 6,9 milhões de unidades vendidas entre 2003 e nov/08⁶.

Petrobras Biocombustíveis

- Criada em mar/08, estima investir R\$ 2,4 bi entre 2008 e 2012, com objetivo de alcançar liderança na produção de biodiesel e ampliar participação de etanol.
- Três usinas de biodiesel da Petrobras no semi-árido, com capacidade total de 170 milhões de litros/ano: Candeias (BA), inaugurada em 29jul/08, Quixadá (CE), inaugurada em 20ago/08⁷ e Montes Claros (MG)⁸.

Atos normativos

- Lei 11.727/08 (álcool): nova sistemática de tributação desestimula fraude e sonegação; mais equilíbrio na repartição da carga entre produtores e distribuidores.
- Decreto 6.573/08 (álcool): reduz Pis/Pasep e Cofins sobre venda de álcool. Créditos podem ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.
- Decreto 6.606/08 (biodiesel): reduz Pis/Pasep e Cofins sobre importação e receita bruta com a venda de biodiesel no mercado interno.
- Decreto 6.458/08 (biodiesel): reduz a zero alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para biodiesel de qualquer oleaginosa cultivada por agricultores familiares nas regiões N, NE e semi-árido (anteriormente, benefício era somente para mamona e palma).

Perspectivas 2008

- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar em fase de conclusão.
- Diálogo prossegue entre trabalhadores e empresários sobre condições de trabalho.
- Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (17-21nov/08). Ver pág. 72.

Mais informações: www.anp.gov.br/biocombustiveis/biocombustiveis.asp

1 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

2 Informação atualizada de acordo com o documento "Resenha Energética Brasileira – Exercício de 2007 – Edição Final", do Ministério de Minas e Energia – MME, divulgado em out/08.

3 Mistura B3 (3% de biodiesel no diesel) em vigor desde 1ºjul/08.

4 Volume representa toda a demanda de biodiesel para a mistura B3 nesse período.

5 Concedido pelo Governo Federal a empresas que asseguram efetiva participação da agricultura familiar na cadeia produtiva.

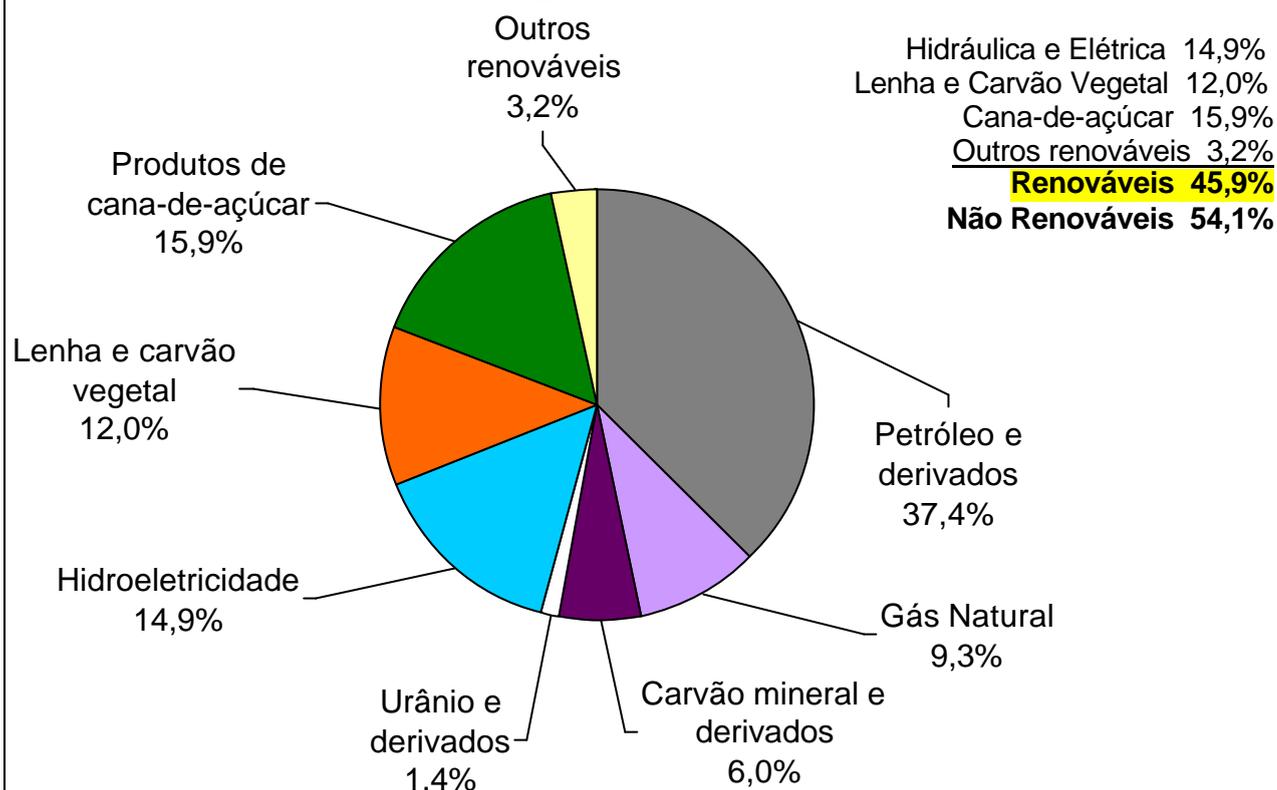
6 Em 2008, 87% dos veículos comercializados no mercado interno são *flex-fuel*.

7 Usinas em operação, fornecendo combustível vendido em leilões para o abastecimento no 4ºtrim/08.

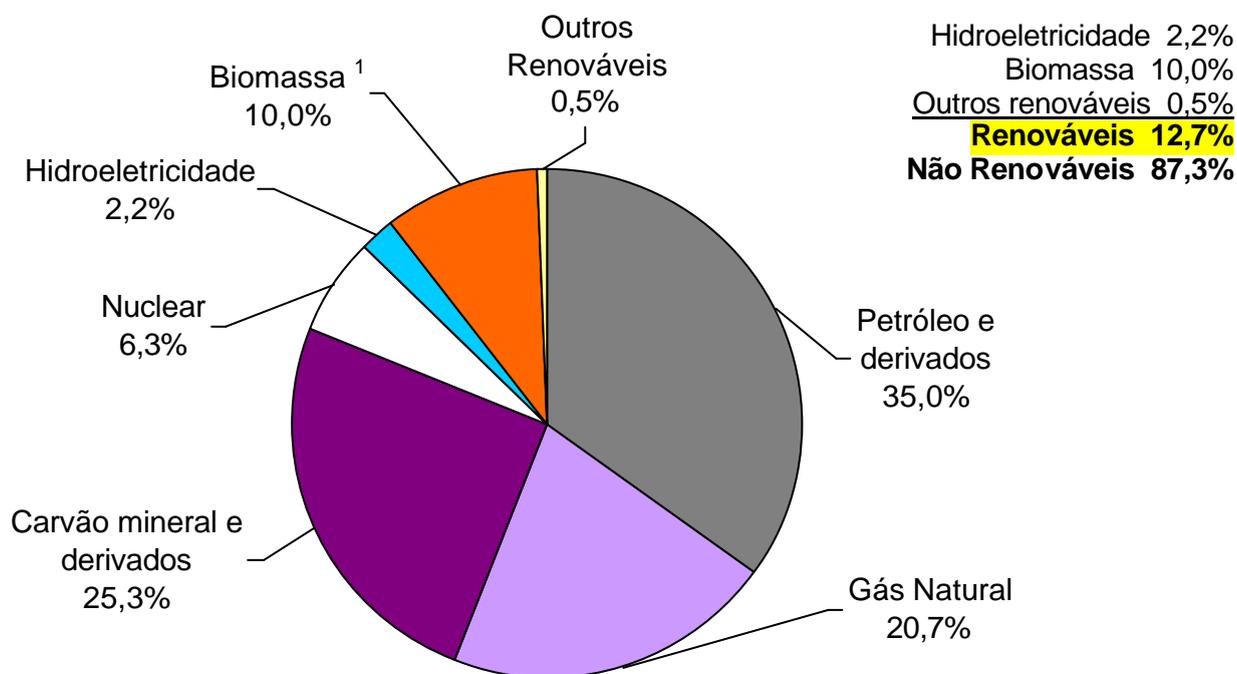
8 Concluída. Obteve, em out/08, as licenças necessárias para entrar em operação comercial: autorização da ANP e registro especial da Receita Federal do Brasil.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Matriz Energética Brasileira - 2007*



Matriz Energética Mundial - 2006*



¹ Biomassa: inclui cana-de-açúcar, lenha e outros.

* Dados atualizados conforme documento Resenha Energética Brasileira – Exercício de 2007 – Edição Final, do Ministério de Minas e Energia – MME, divulgado em out/08.

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses, amplia influência na política global e contribui para avançar processo de integração regional

Cúpula de Washington (G-20)

- **Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial** (15nov/08): marcou ruptura no padrão de governança econômico-financeira global, em que medidas substantivas e reformas das instituições financeiras internacionais eram discutidas apenas no âmbito do G-7 ou do G-8 (ver pág. 73 – G-20 Financeiro).

Conferência Internacional de Biocombustíveis (CIB)

- Presença de 93 delegações governamentais estrangeiras, representantes de 23 organismos internacionais, além de 38 especialistas brasileiros e estrangeiros. Em São Paulo, 17 a 21nov/08 (ver pág. 72).

Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento

- Convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Catar, de 29nov a 2dez/08. Revisão da implementação do consenso de Monterrey, de modo a **cumprir Metas de Desenvolvimento do Milênio**. Participaram chefes de Estado e de governo, chanceleres e ministros de mais de 150 países.

Mercosul e Ásia

- I Reunião Ministerial Mercosul-Asean¹ marca início de diálogo estruturado entre duas importantes regiões do mundo em desenvolvimento (24nov/08).

Parceiros tradicionais (EUA e Europa)

- Brasil e Itália assinaram acordos para fortalecer laços de amizade e comércio. Presidente da República encontrou-se com Presidente da Itália, com Papa Bento XVI e com líderes sindicais italianos (10-13nov/08).

Oriente Médio

- Primeira visita de chanceler brasileiro ao Irã desde 1991. Visou reforçar contatos e estimular diversificação comercial (2nov/08).

Rússia

- Visita do Presidente Dimitri Medvedev: **assinados acordos de cooperação técnico-militar, proteção de informações classificadas e a direitos intelectuais e isenção de vistos** de curta duração para nacionais dos dois países. (26nov/08)

Ásia

- Visita do Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono: celebrado ato que estabelece parceria estratégica (18-20nov/08).
- Visita do Presidente da República da Coreia, Lee Myung-bak: reforçada promoção de comércio e investimentos, bem como cooperação industrial entre os dois países nas áreas de agricultura, indústria, esportes e meio ambiente (18-20nov/08).

Outros

- Professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade eleito para cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça, com mandato de nove anos, a partir de 2009.
- Pedido de consultas aos EUA sobre medidas antidumping adotadas pelo governo com relação à importação de suco de laranja brasileiro (25nov/08).

¹ Associação de Nações do Sudeste Asiático.

DEMOCRACIA

Participação social é método de governo. Estado estabelece diálogo com a sociedade civil, fortalece órgãos de fiscalização e promove transparência

Participação social e controle social

- Sociedade participa na elaboração das políticas públicas e programas de governo.
- Governo cria, recria e consolida conselhos e promove conferências (ver pág. 78).
- Realização de Fóruns de Debates: www.brasil.gov.br/participacao_popular/forum/
- **Encontro do governo com movimentos sociais reúne cerca de 650 pessoas dos diversos seguimentos da sociedade (26nov/08)**¹.
- Pluralidade social na agenda do Presidente da República.

Ampliação e aprimoramento de mecanismos de fiscalização e controle

- Realização de parcerias entre CGU, Ministério Público e Polícia Federal.
- Criação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro LAB-LD.
- Receita Federal do Brasil: unifica dados e arrecadação; reduz sonegação.
- Decreto 6.370/08: aprimora uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.
- Decreto 6.428/08: convênios e contratos de repasse com recursos voluntários da União somente serão celebrados e operacionalizados no Portal de Convênios².

Transparência e controle sobre gastos governamentais

- Portal da Transparência: mais de 732,5 milhões de registros sobre gastos de R\$ 4,8 tri, referentes a recebedores de crédito (pessoas físicas e jurídicas, incluindo os programas sociais); portadores de cartão de pagamento; programas e ações de governo (dez/08). Acesse: www.portaldatransparencia.gov.br/
- Transparência pública: 378 órgãos e entidades com páginas na internet (dez/08).
- CGU³ mobilizou mais de 46 mil cidadãos em 958 municípios; capacitou 7,7 mil pessoas em cursos de educação a distância; **sensibilizou mais de 257 mil estudantes** sobre a importância do exercício da cidadania e do controle social. Acesse a cartilha: www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/index.asp
- CGU realizou 1.461 fiscalizações em municípios e 77 em estados, definidos por sorteio, envolvendo R\$ 17 bi em recursos federais (até out/08).
- Combate à impunidade: **1.931 agentes punidos por práticas ilícitas**; 1.671 demissões, 142 destituições de cargos em comissão, 118 cassações de aposentadorias, além de outros penalizados com suspensão e advertência⁴.
- Ouvidorias: com supervisão técnica da CGU, criadas oito novas unidades (2008). Total: 149 unidades, ante 40 (2003). Média de 1,9 milhão de manifestações anuais. Acesse: www.cgu.gov.br/AreaOuvidoria/Arquivos/RelacaoOuvidoriasSetembro2008.pdf
- **Criação do Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (Ceis)**: empresas punidas por prática de irregularidades em licitações, fraudes fiscais ou no cumprimento de contratos firmados com a Administração Pública. Evitará prejuízos ao erário em todos os níveis (federal, estadual e municipal). Acesso no Portal da Transparência.

1 Movimentos: Sociais, Sindicais (Centrais, Confederações e Sindicatos), Trabalhadores Rurais sem Terra, da Agricultura Familiar, dos Povos Indígenas, das Organizações Não Governamentais, da Economia Solidária e Cooperativismo, da Reforma Urbana, Promoção da Igualdade Racial, Promoção da Igualdade de Gênero, Entidades Quilombolas, Juvenis e de Defesa dos Direitos Humanos.

2 www.convenios.gov.br/portal/

3 Controladoria-Geral da União.

4 2003 a dez/2008.

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

2 – PROGRAMAS 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 22jan/07	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família – Agenda Social. 14out/03	21
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. 24abr/07	22
Plano Nacional de Turismo – PNT. 13jun/07	24
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. 20ago/07	25
Prog. Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social. 5set/07	26
PAC Funasa. 19set/07	27
Povos Indígenas – Agenda Social. 21set/07	28
Pessoas com Deficiência – Agenda Social. 26set/07	29
Mais Cultura – Agenda Social. 4out/07	30
Criança e Adolescente – Agenda Social. 11out/07	31
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação. 20nov/07	32
Quilombolas – Agenda Social. 20nov/07	33
Mais Saúde. 5dez/07	34
Territórios da Cidadania – Agenda Social. 24fev/08	36
Registro Civil de Nascimento e Doc. Civil Básica – Agenda Social. 6dez/07	38
Reforma Tributária – enviada ao Congresso Nacional. 28fev/08	39
Mulheres – Agenda Social. 5mar/08	40
PAC Embrapa – 23abr/08	41
Plano da Amazônia Sustentável – PAS. 8mai/08	42
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. 12mai/08	43
Mais Alimentos. 3jul/08	44
Mais Pesca e Aqüicultura. 29jul/08	45

PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

Novas obras, mais recursos e investimentos;

83% das ações encontram-se em ritmo adequado e 9% concluídas

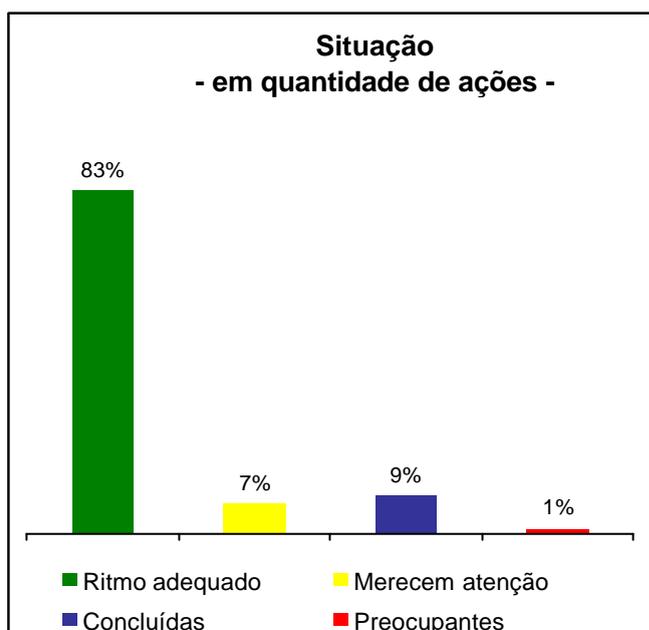
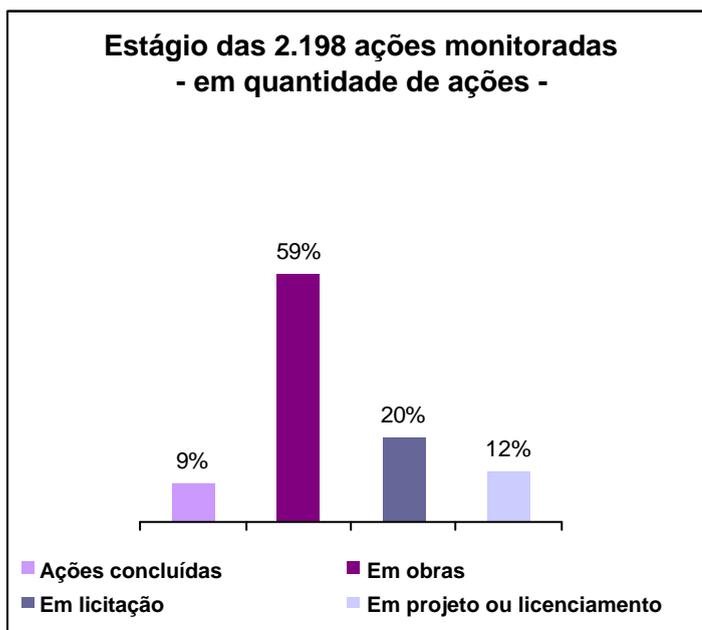
Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos de R\$ 636,2 bi¹ até 2010. Três eixos de ações: logística, energia e social e urbano.
- Investimento total da União corresponde a 2,59% do PIB².
- Contribui para **enfrentar os impactos da crise financeira mundial por seu efeito anticíclico**: garante que investimentos em períodos de crescimento sejam mantidos em momentos de retração econômica.
- Previsão de desonerações de tributos e medidas fiscais de longo prazo para incentivar investimentos ultrapassa R\$ 16 bi (2007 e 2008).

Recursos – OGU – Fiscal e Seguridade

- Destinados R\$ 32,3 bi (2007-2008):
 - R\$ 27,1 bi empenhados (jan/07-nov/08).
 - Pagos R\$ 16,9 bi (jan/07-nov/08).

Balanço de 20 meses – 30set/08³



Monitoramento junto ao TCU e Ibama/Funai⁴

- 117 empreendimentos monitorados pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- Ibama/Funai emitiu 43 licenças em 2008.

Mais informações: www.brasil.gov.br/pac

1 Valores atualizados devido a inclusões, desmembramentos e alteração no escopo de ações orçadas em 2006.

2 Últimos 12 meses (até out/08) – não está computado o investimento em sociedades de propósito específico.

3 Ritmo adequado: com cronograma em dia e riscos administrados. Merecem atenção: cronograma em dia e risco potencial ou com pequeno atraso e/ou com significativo atraso no cronograma. Preocupantes: com elevado risco, independentemente do cronograma ou com significativo atraso no cronograma. Não inclui Saneamento e Habitação.

4 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Fundação Nacional do Índio.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

193 ações concluídas – R\$ 30,6 bi – até 30set/08

Logística: 87 ações, R\$ 6,4 bi

- Rodovias: 3.353 km, R\$ 4,7 bi.
- Ferrovias: 240 km, R\$ 780 mi.
- Marinha Mercante: 54 embarcações, R\$ 740 mi.
- Portos: R\$ 12,7 mi.
- Hidrovias: dois terminais, R\$ 2,5 mi.
- Aeroportos: R\$ 178 mi.
- Recursos Hídricos: R\$ 12,5 mi.

Energia: 106 ações, R\$ 24,2 bi

- Geração de Energia: 1.314 MW, R\$ 2,3 bi.
- Transmissão de Energia: 2.824 km, R\$ 1,9 bi.
- Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: 19 usinas, 568,5 MW.
- Campos de Petróleo e Gás Natural: R\$ 9,9 bi.
- Petroquímica: R\$ 610 mi.
- Combustíveis renováveis: 40 bilhões de litros/ano, R\$ 5,6 bi.
 - Biodiesel, 22 usinas; etanol, 29 usinas.
- Gasodutos: 1.389 km, R\$ 1,7 mi.
 - Cabiúnas/RJ-Vitória/ES: 303 km – fev/08.
 - Malha Nordeste BA RN SE AL: 501 Km – out/08
 - Campinas-Rio: 257 km – jul/08.
 - Vitória/ES - Cacimbas/ES: 130 km – nov/07.
- Gás Natural Liquefeito - GNL: R\$ 990 mi.
 - Terminal de GNL Pecém/CE – concluído em out/08.
 - Terminal de GNL – Baía de Guanabara/RJ – 93% realizado.
- HBIO: 256 mil m³/ano, R\$ 88,2 mi. Concluídas as obras na Regap, Repar, Refap e Replan¹ – jul/08.
- Refinarias: R\$ 1,1 bi.

Veja o balanço completo: <http://www.brasil.gov.br/pac/balancos/5balanco/>

¹ Regap: Refinaria Gabriel Passos. Repar: Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Refap: Refinaria Alberto Pasquali. Replan: Refinaria do Planalto Paulista.

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

Novas políticas públicas reafirmam compromisso de levar dignidade e uma vida melhor para mais brasileiros

Políticas sociais

- Em 2007, a partir da experiência com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade:
 - Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 24abr/07.
 - Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, lançado em 20ago/07.
 - Agenda Social, adotada na reunião ministerial de 30ago/07.
 - Programa Mais Saúde, lançado em 5dez/07.

Agenda Social – objetivos

- Consolidar política garantidora de direitos.
 - Reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres.
- Buscar a gestão integrada das políticas.
- Aprofundar a pactuação federada entre União, estados e municípios.

Eixos

- 1 – Redução das desigualdades:
 - Bolsa Família – geração de oportunidades às famílias beneficiárias, lançada em 2003.
 - Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural, lançado em 24fev/08.
- 2 – Juventude:
 - ProJovem, lançado em 5set/07.
- 3 – Direitos da Cidadania:
 - Mulheres, lançado em 5mar/08.
 - Quilombolas, lançado em 20nov/07.
 - Povos Indígenas, lançado em 21set/07.
 - Criança e Adolescente, lançado em 11out/07.
 - Pessoas com Deficiência, lançado em 26set/07.
 - Registro Civil de Nascimento, lançado em 6dez/07.
 - Povos e Comunidades Tradicionais, a ser lançado.
- 4 – Cultura:
 - Mais Cultura, lançado em 4out/07.

BOLSA FAMÍLIA

Prêmios incentivam adoção de práticas de gestão inovadoras para inclusão social com emancipação das famílias beneficiárias

Características

- Criado em out/03, beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios.
- Foco prioritário em grupos mais vulneráveis. Revisão permanente do cadastro.
- **Mais de 14 milhões de alunos (6 a 17 anos) com frequência escolar informada (85% do total) e mais de 6 milhões de famílias acompanhadas pela saúde.**
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade entre 2003-05.
- Contribui na redução da desnutrição e mortalidade infantil; promove segurança alimentar e nutricional e gera dinamismo nas economias locais.
- Mais poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos demonstram não haver acomodação dos beneficiários¹.

2007-2010

- Reajuste do benefício médio (R\$ 62 para R\$ 85) e máximo (R\$ 95 para R\$ 182).
- Expansão do público: **1,93 milhão de adolescentes de 16 a 17 anos atendidos.**
- Inclusão bancária: ampliação de pontos de pagamento em regiões de difícil acesso. 784 mil recebem benefícios em contas bancárias.
- 622 mil benefícios bloqueados em set/08 após auditoria anual que comparou renda informada com a registrada na Rais².
- Mais de dois milhões de famílias deixaram programa (aumento da renda ou auditoria).
- R\$ 221 mi repassados aos municípios (2008) para apoiar boa gestão descentralizada, por meio do Índice de Gestão Descentralizada – IGD³.
- **Divulgado resultado do Prêmio Práticas Inovadoras de Gestão.** Municípios premiados: Osasco/SP, Fortaleza/CE, Lagoa Seca/PB, Santarém/PA e Curitiba/PR e os estados do AM, CE, PA e BA. As experiências premiadas estão disponíveis em: www.mds.gov.br/bolsafamilia/observatorio. 443 experiências concorreram.
- **Divulgado resultado do Prêmio e Mostra de Estudos:** 37 artigos inscritos e três premiados. Todos artigos disponíveis em: www.undp-povertycentre.org/mds.do.
- **Índice de Desenvolvimento das Famílias – IDF:** possibilitará integração de políticas que visem melhoria das condições de vida das famílias. Desenvolvido pelo Ipea⁴ em parceria com o MDS⁵. Distribuído aplicativo aos 5.563 municípios.

Geração de oportunidades às famílias no programa

- Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família – PlanseQBF⁶: inserção profissional em obras do PAC. Construção civil: 185 mil a serem beneficiados. **Mais de 200 mil cartas enviadas para inscrição no Sine⁷.**
- Prioridade nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Mais informações: www.mds.gov.br/bolsafamilia; www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&file=index&pa=showpage&pid=2482

1 Ver: Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: Relatório síntese/Ibase, 2008.

2 Rais – Relação Anual de Informações Sociais.

3 Indicador sintético que mede qualidade da gestão municipal do programa e garante repasse mensal de recursos.

4 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

5 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

6 Executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e MDS com empresários, trabalhadores e três esferas de governo.

7 Sistema Nacional de Emprego.

PDE – EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Premiação de estudantes e professores na etapa final da Olimpíada de Língua Portuguesa estimula qualidade no ensino básico

Educação Básica

- Adesão federativa ao Plano concluída: DF e todos os estados e municípios.
- Professores: plano estratégico cria Sistema Nacional de Formação.
 - Piso nacional para professores de escolas públicas: R\$ 950 (Lei 11.738/08).
 - UAB¹: expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior a distância, de graduação e cursos de formação continuada.
 - Pibid²: bolsas para alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e, após graduados, atuem no magistério.
- Avaliação de alunos.
 - Educacenso: de escolas públicas e privadas, docentes, auxiliares e estudantes.
 - Ideb³: qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep⁴ (Saeb⁵ e Prova Brasil).
 - Provinha Brasil: alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
 - Prova Brasil: 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental.
- Apoio ao aluno e à escola pública.
 - Fundeb⁶: financia educação básica, da creche ao ensino médio.
 - Ensino fundamental de nove anos (Lei 11.274/06).
 - ProInfância: construção e reestruturação de creches e pré-escolas.
 - Caminho da Escola: renovação, ampliação e padronização de frota escolar.
 - Proinfo: laboratórios de informática, internet banda larga e Gesac⁷.
- Olimpíadas: melhoria do ensino e aprendizagem de leitura, escrita e matemática. **Premiação de estudantes e professores na 1ª Olimpíada de Língua Portuguesa.**
- Ampliação do atendimento educacional especializado (Decreto 6.571/08)⁸. R\$ 78,5 mi previstos em 2008.

Alfabetização e Educação Continuada

- Brasil Alfabetizado: para brasileiros de 15 anos ou mais.

Educação Profissional e Tecnológica

- Expansão da Rede Federal: implantação de novas escolas.
- Institutos Federais: reorganização enfatiza oferta em nível médio e licenciaturas.
- Ampliação de vagas gratuitas no ensino técnico de nível médio, por meio da alteração dos regimentos do Sesc, Senac, Senai e Sesi (Decretos 6.632, 6.633, 6.635 e 6.637/08).

Educação Superior – expansão

- Criação de novos campi e universidades. Reuni⁹: melhor aproveitamento de instalações e recursos humanos das federais. Prouni: bolsas parciais e integrais a estudantes de baixa renda. Fies¹⁰: financia ensino superior para estudantes de instituições privadas.

Mais informações: mecsrv04.mec.gov.br/pde1ano

1 – UAB: Universidade Aberta do Brasil. 2 – Pibid: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 3 – Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 4 – Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 5 – Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica. 6 – Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. 7 – Gesac: Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. 8 – Alunos da rede pública com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. 9 – Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 10 – Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

PDE – METAS E RESULTADOS

Programas e Ações	Metas	Realizado (nov/08)
Educação Básica		
UAB	850 pólos (2011)	558 pólos
Pibid	9.200 bolsas/ano	25 projetos de universidades federais e CEFETs aprovados
Ideb	Médias 6,0 (até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Investimento de R\$ 3,2 bi (2008)
Ensino Fundamental de 9 anos (rede pública e privada)	Alcançar todos estados, municípios e DF até 2010	2007: 44% de matrículas nesse regime
ProInfância	500 creches/ano	2007 e 2008: 955 creches conveniadas
Caminho da Escola (ônibus escolar)	15 mil veículos até 2011	2.315 veículos: 639 com recursos MEC, 524 dos municípios e 1.152 do BNDES
Proinfo (laboratórios de informática e conexão à internet)	29 mil laboratórios (2008), 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010; 22 mil conexões (2008), 44 mil em 2009 e 55 mil em 2010 (metas acumuladas)	12.304 laboratórios instalados (3.605 rurais e 8.699 urbanos); 9.130 escolas conectadas (banda larga)
Olimpíadas 2008		Matemática: 18,3 milhões de participantes, premiação fev/09; Português: 6,1 milhões, 15 estudantes e 15 professores premiados em dez/08
Alfabetização e Educação Continuada		
Brasil Alfabetizado	1,5 milhão alunos/ano	2003-2007: 8 milhões de alunos
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas (2010)	2003-2007: 64 criadas (53 em funcionamento); 2007-2008: 150 criadas: 75 em ação preparatória; 53 com obras em andamento e 22 com obras concluídas (20 em funcionamento)
Educação Superior		
Novas universidades federais	16 universidades federais (uma em cooperação com países africanos de língua portuguesa e outra com latino-americanos)	12 já em funcionamento; quatro em tramitação no Congresso Nacional
Novos campi	95 campi	61 em funcionamento; 34 em preparação
Reuni	Ampliar de 124 mil vagas/ano (2002) para 229 mil (2012)	100% de adesão das federais
Prouni	720 mil bolsas até 2011	434 mil bolsas ocupadas desde 2005
Fies	400 mil contratos até 2011	49 mil contratos em 2007

PNT – PLANO NACIONAL DE TURISMO

Investimento em infra-estrutura e promoção de destinos turísticos regionais buscam incentivar o turismo interno

2º Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010)

- Lançado em 13jun/07 para melhorar qualidade dos produtos turísticos, promover inclusão social no turismo e competitividade do Brasil no setor.
- Investimentos: R\$ 5,63 bi para infra-estrutura (exemplo: pavimentação; melhoria de rodoviárias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista) e R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.
- Metas até 2010: 217 milhões de viagens/ano no mercado interno; US\$ 7,7 bi/ano em divisas e 1,7 milhão de novos empregos e ocupações; estruturar 65 destinos indutores do desenvolvimento regional, com padrão de qualidade internacional.

Realizações

- **Promoção do turismo interno: R\$ 8 mi para campanha publicitária “Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil” (lançada em 14nov08):**
 - Foco: 65 destinos prioritários definidos como indutores do turismo regional.
 - **Conexão Nordeste** lançada em dez/08: campanha para incentivar o turismo regional com exposição fotográfica e vídeos sobre cenários turísticos da região nos aeroportos das capitais nordestinas.
- Lançada mundialmente em 22set/08, em Nova Iorque (EUA), campanha publicitária “Brasil, Sensacional!”: R\$ 88 mi até jun/10 para divulgação em 12 países prioritários¹.
- Lançado, em 3set/08, Programa Turismo nos Parques: R\$ 28 mi, na primeira fase, para obras de infra-estrutura turística de seis parques nacionais².
- Lançada, em 25ago/08, primeira fase do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo: R\$ 2 mi para aprimoramento de sete museus³.
- Prodetur⁴ Nacional: linha de crédito de US\$ 1 bi do BID⁵ aberta aos governos estaduais para projetos de desenvolvimento local do setor.

1º Plano Nacional de Turismo – PNT (2003-2007)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.

Outros destaques

- Lei Geral do Turismo: sancionada pelo Presidente da República em 17set/08.
- Programa Viaja Mais Melhor Idade, 2ª fase: pacotes especiais para pessoas com 60 anos ou mais, aposentados ou pensionistas, e desconto de 50% em hospedagem⁶: 140 mil pacotes já vendidos em 2008.

Mais informações <http://www.turismo.gov.br/>

1 EUA, Reino Unido, Canadá, Argentina, Chile, Peru, Alemanha, Portugal, Espanha, França, Holanda e Itália.

2 Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), Aparados da Serra (RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Jau (AM) e Serra da Capivara (PI).

3 Museu de Arte Sacra da UFBA (BA), Casa das Artes do Divino (Pirenópolis, GO), Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG), Museu Emílio Goeldi (Belém, PA), Museu do Homem do Nordeste (Recife, PE), Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, RJ) e Museu Oceanográfico (Rio Grande, RS).

4 Programa de Desenvolvimento do Turismo.

5 Banco Interamericano de Desenvolvimento.

6 Modalidade do “Portal de Hospedagem” (parceria com o Sebrae): guia on-line: www.portaldehospedagem.com.br

PRONASCI

Articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

- R\$ 6,7 bi até 2012 para combate ao crime e apoio a jovens ameaçados de cair na delinqüência. Prevê participação das comunidades. Investidos R\$ 938 mi até nov/08.
- Prioridade a 19 regiões¹ com mais altos índices de homicídio e criminalidade juvenil: regiões metropolitanas de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF e GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Vitória (ES), Fortaleza (CE); estados do MA, AC, PI, RN, SE e TO.

Modernização das instituições

- Força Nacional de Segurança Pública articulada com polícias estaduais.
 - Batalhão Especial de Pronto Emprego criado com 550 homens aquarterlados.
 - Oito mil homens atuaram em oito estados². Atualmente: 696 em atuação, **44 em Santa Catarina**.

Formação e valorização de profissionais

- Cursos para profissionais de segurança pública.
 - **Bolsa Formação de R\$ 400 mensais. Beneficiados: 70.170 (nov/08). R\$ 29 mi.**
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Cadastradas 81 instituições superiores; 2,4 mil alunos em cursos.
 - Ensino a distância. Meta 2008: capacitar 240 mil profissionais. 272 mil policiais já cursaram (nov/08). 130 mil policiais em curso na 4ª turma.
- Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública. Unidades entregues: RS (155), AL (20), RJ (1.000).

Programas locais

- **Território de Paz**: integra polícia e comunidade na prevenção da violência e na diminuição da criminalidade em regiões mais violentas. **Lançado em Santo Amaro, PE (2dez/08) e no Complexo do Alemão, RJ (4dez/08)**. Previsão de mais dois em dez/08: Itapoá, DF, e ZAP 5, AC. Ver pág. 48.
- Polícia Comunitária: 15mil homens capacitados para atuar em núcleos locais.

Acesso de jovens e famílias às políticas sociais

- **Protejo**³: assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam na rua, com bolsa de R\$ 100 durante um ano: **18.955 jovens beneficiados** (nov/08). Meta: 68 mil jovens até 2011.
- Projeto Mulheres da Paz: capacitação de lideranças femininas para abordagem de jovens em risco e encaminhamento a programas sociais e educacionais do Pronasci, com bolsa de R\$ 190, durante um ano: 12 mil mulheres até 2011.

Mais informações: www.mj.gov.br/pronasci

1 Estão contados separadamente como regiões: DF e GO.

2 RJ, MA, AL, PA, DF, MS, RR e RO.

3 Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável.

PROJOVEM

Aulas têm início para mais de 500 mil jovens do programa, nas modalidades adolescente e urbano

Desafio

- Brasil: 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Mais de quatro milhões fora da escola, não concluíram ensino fundamental e desempregados (PNAD 2007).

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidade de elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano; articula, integra e amplia programas para juventude.
- Recursos: R\$ 5,2 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi (LOA 2008). Meta 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas, em quatro modalidades.

1 – ProJovem Adolescente

- Público: 15 a 17 anos, beneficiário do Bolsa Família, egresso ou em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, de programas de erradicação do trabalho infantil (Peti) ou de combate a abuso e exploração sexual.
- Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses. Adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família.
- **Instaladas 17.557 turmas, 438.000 vagas preenchidas (nov/08); 2.341 municípios.** Norte: 196 municípios. Sul: 205. Nordeste: 1.258. Sudeste: 505. Centro Oeste: 177.

2 – ProJovem Urbano

- Público: 18 a 29 anos que lê e escreve mas não concluiu o ensino fundamental.
- Oferece curso com currículo inovador que integra ensino fundamental, formação profissional e atividades de participação social e cidadã, via projeto de intervenção social dos jovens em sua comunidade.
- 105 municípios com mais de 200 mil habitantes e 23 estados² já aderiram.
- **89.233 jovens com aulas iniciadas desde set/08** em 24 municípios com mais de 200 mil habitantes e no estado de Goiás.
- Meta: outros 165 mil jovens em mais 74 municípios até mar/09. Os demais municípios terão aulas iniciadas até 2010.

3 – ProJovem Campo – Saberes da Terra

- Público: agricultores familiares de 18 a 29 anos.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental e qualificação social e profissional, formação para desenvolvimento sustentável e solidário, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e calendário adaptado a ciclo agrícola. Benefício: R\$ 100 a cada dois meses, durante 24 meses.

4 – ProJovem Trabalhador

- Público: 18 a 29 anos, desempregado, de família com renda per capita de até um salário mínimo. Prepara jovem para o trabalho. Benefício: R\$ 100/mês, por seis meses.

Mais informações: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/ProJ/

¹ Lei 11.692, de 10jun/08.

² Adesão direta com estados ocorre para municípios com menos de 200 mil habitantes.

PAC FUNASA

R\$ 4 bi para saneamento básico em pequenas comunidades, áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e de interesse epidemiológico

Resumo das realizações

- Até 26nov/08, selecionados 5.930 projetos (R\$ 3,4bi); 3.800 contratados (R\$ 2,3bi).
- Água, esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana: 304 obras concluídas (áreas indígenas, quilombolas e assentamentos rurais); 482 em andamento; 3.014 em preparação.
- Abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido: R\$ 1,8 bi contratados (692.942 famílias, 844 municípios).

Comunidades quilombolas

- Metas: entre 2007-10, 380 comunidades (R\$ 170 mi, cerca de 50 mil famílias). Contratado: 120 comunidades em 54 municípios (R\$ 31,3 mi, 10.682 famílias).

Áreas indígenas

- Metas: elevar cobertura de abastecimento de água em 2.100 aldeias, de 62% para 90%, e dobrar a de esgoto, de 30% para 60%.
- Entre 2007-10: R\$ 200 mi. Executado: em 2007, R\$ 33,8 mi (183 municípios, 16.450 famílias). **Contratado em 2008: R\$ 15,6 mi.**

Áreas de interesse epidemiológico

- Doença de Chagas – meta: 622 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 190 municípios (R\$ 79,3 mi). 2008: 317 municípios (R\$ 143,1 mi).
- Malária: 31 municípios da Amazônia (R\$ 114,8 mi, 101.504 famílias) em 2007-08.

Municípios de até 50 mil habitantes

	2007		2008		Meta até 2010	
	Municípios	Valor (R\$ mi)	Municípios	Valor (R\$ mi)	Municípios	Valor (R\$ mi)
Água	252	164,4	592 ¹	484,4 ²	1.326	1.000
Esgoto	120	309,2	185	487,8	488	1.200
Melhoria sanitária domiciliar	185	109,4	247	135,7	500	280
Resíduos sólidos ³	-	-	3	1,7	8	4,3

Programa Nacional de Saneamento Rural (pequenas comunidades)

- Água e esgoto para 75 mil famílias em comunidades de até 2.500 habitantes, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e 889 escolas.
- Executado: em 2007, 289 escolas (R\$ 12,9 mi) e 656 comunidades (R\$ 53,9 mi). Total: 33.049 famílias beneficiadas.

Apoio ao controle da qualidade da água para consumo

- Objetivo: melhorar qualidade com adoção de boas práticas de operação, manutenção e monitoramento de sistemas de abastecimento.
- Meta: implantar 25 unidades regionais de controle (R\$ 70 mi). Executado em 2007: quatro unidades (R\$ 6,7 mi).

Mais informações: <http://www.funasa.gov.br/>

1 Errata: em Destaques de novembro constaram incorretamente três municípios a mais.

2 Errata: em Destaques de novembro constou incorretamente o valor contratado de R\$ 487,6 mi.

3 Apenas municípios da bacia do Rio São Francisco.

POVOS INDÍGENAS

Julgamento que definirá a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal é retomado em dez/08

Características

- **Objetivos:** garantir direitos e qualidade de vida, proteção das terras e promoção social, considerando especificidades culturais e territoriais; construir modelo de desenvolvimento econômico adequado à realidade indígena.
- **Público-alvo:** cerca dos 700 mil indígenas estimados, sendo 500 mil aldeados¹. (2002: 380 mil aldeados²).
- **Povos indígenas:** 220 povos, referências de 63 povos isolados; mais de 180 línguas³; 654 terras (12,5% do território nacional e 22% da Amazônia Legal).

Realizações

- **Programa de Proteção dos Povos Indígenas:**
 - Aumento do orçamento para regularização e demarcação: R\$ 46 mi em 2008 (R\$ 21 mi a mais que 2007).
 - Demarcações: 25 concluídas, três iniciadas, dez em licitação e três impedidas por processos judiciais e/ou conflitos agrários. Meta 2010: 127 terras.
 - Projeto GEF⁴ Indígena: visa à gestão, conservação e uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. **Oficinas em cinco cidades⁵, com cerca de 500 representantes indígenas** para levantamento de áreas prioritárias.
 - Seis Frentes de Proteção Etno-Ambientais na Amazônia Legal implantadas: proteção de povos isolados (cerca de 15 milhões ha: AC, AM, MT, PA e RO).
- **Programa de Promoção dos Povos Indígenas:**
 - Implantado o projeto de documentação⁶ de cerca de 20 línguas e culturas indígenas brasileiras ameaçadas de desaparecimento.
 - **Inauguradas três casas de cultura⁷ (duas no RS e uma na PB).**
- **Programa Qualidade de Vida dos Povos Indígenas:**
 - Parceria Funai e Caixa: 300 vagas de estágio no banco para indígenas estudantes.
 - R\$ 12 mi destinados (2008) para promoção da autonomia produtiva das comunidades indígenas: uso sustentável dos recursos da biodiversidade.
 - **Mutirão de Registro Civil de Nascimento Indígena no AM: cinco mil registros feitos no Alto Rio Negro e entorno de Manaus.**
- **Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) implementada em 2007:**
 - Realizadas dez oficinas regionais sobre o Estatuto do Índio: cerca de mil indígenas.
 - Realizado primeiro **Seminário Regional para discussão da “Lei Maria da Penha”** em Manaus com mulheres indígenas do AM e RR.

Raposa Serra do Sol

- **Julgamento retomado (10dez08):** definição da extensão e do formato da reserva indígena, localizada em Roraima⁸.

Mais informações: www.funai.gov.br/

1 A estimativa da população indígena foi readequada e, por isso, os números estão maiores em relação aos da edição anterior.

2 O aumento de aldeados reflete crescimento populacional e maior capacidade do Governo de aferir esse dado.

3 Pouco mais de 30 línguas têm documentação satisfatória.

4 Fundo Global do Meio Ambiente (*Global Environment Facility*- GEF).

5 Manaus, Recife, Palmas, Campo Grande e Curitiba: parceria Funai e MMA.

6 Parceria entre Museu do Índio/ Funai (coord.), Univ. Federal do RJ, Museu Emílio Goeldi, Fiocruz/MS, MCT e Universidade de Tulane (EUA).

7 Espaços de troca e preservação de conhecimentos tradicionais.

8 O julgamento foi iniciado em 27ago08 e interrompido por um pedido de vista do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Equiparação de oportunidades e ampliação de acessibilidade a serviço da inclusão social e da promoção da cidadania

Contexto

- 25 milhões de pessoas com alguma deficiência; 70% abaixo da linha da pobreza; 33% analfabetos ou com até três anos de escolaridade; 90% sem trabalho¹.
- Orçamento 2008-2010: R\$ 1,7 bi.

Realizações

- **2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 1º a 4dez/08 (ver pág. 71).
- Comitê Gestor em funcionamento; adesão formal de 18 estados e 83 municípios.
- Financiamento da Caixa: até R\$ 10 mil para recursos tecnológicos de uso pessoal².
- Concessão de órteses e próteses³.
 - R\$ 31,5 mi para a ampliação do atendimento no SUS, priorizando concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção⁴.
 - Elevada a remuneração da tabela de procedimentos, medicamentos e materiais relacionados à implantação de órteses e próteses no SUS⁵.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais e entorno de escolas.
 - Estações metroferroviárias: três em adaptação (CE, PE e BA). Meta 2008: 30.
 - Definidas especificações técnicas para fabricação de veículos acessíveis de características urbanas para transporte coletivo de passageiros⁶.
- Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica:
 - Implantadas (2007) 625 salas com recursos multifuncionais⁷ em escolas públicas. Meta: mais 4,3 mil em 2008.
 - Projeto Livro Acessível⁸: R\$ 1,5 mi contratados pelo MEC.
 - Programa BPC⁹ na Escola: inclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiários (já aderiram 2.633 municípios). Iniciada capacitação de agentes sociais para identificação de barreiras de acesso à escola (RJ, PA, SC, MS, MG, PR, MT, PE, GO e DF).
 - Decreto 6.571/08: permitida matrícula, na educação regular, de alunos que recebem atendimento educacional especializado.
- Inserção no mercado de trabalho¹⁰:
 - Preenchidas 22.314 vagas para pessoas com deficiência (2007) e 15.138 até ago/08. Aprovada Lei do Estágio (10% das vagas).
 - Pactuada linha de financiamento do BNDES para adequação de empresas.

Mais informações: http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt

1 Fonte: Censo IBGE 2000.

2 Aparelho ortopédico, cadeiras de rodas e banho, aparelho auditivo, prótese, impressora em braille, camas motorizadas, inaladores, andadores, calculadora especial, relógios em braille e falados, teclado especial, adaptação de veículos.

3 Prótese: dispositivo que substitui um membro, órgão ou parte dele; órtese: dispositivo ortopédico de uso externo, destinado a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou melhorar função das partes.

4 Portaria 2.381 de 13out08, do Ministério da Saúde.

5 Portaria 2.297 de 13out/08, do Ministério da Saúde. SUS: Sistema Único de Saúde.

6 Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) nº 6, de 16set/08.

7 Máquina de escrever em braille, computador com software leitor de tela, scanner e dicionário digital em libras.

8 Livros com conteúdo e recursos adaptados a pessoas com deficiência.

9 Benefício de Prestação Continuada.

10 Lei 8.213, de 24jul/91, determina reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho em empresas com 100 ou mais empregados.

MAIS CULTURA

Promove o acesso à cultura e à diversidade, por meio da ampliação de recursos, e a valorização das manifestações regionais

Características

- Objetivo: ampliar acesso a bens culturais e meios de expressão artística; promover diversidade e produção cultural local; gerar emprego e renda.
- Orçamento 2007-2010: R\$ 4,7 bi: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.
- Prioridade: 2.615 municípios com menores IDH e Ideb¹ e beneficiários do Bolsa Família; regiões do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas; indígenas; comunidades tradicionais; Territórios da Cidadania; regiões do semi-árido e da bacia do Rio São Francisco; BR-163; e 1.790 escolas.

Metas e realizações

- Pontos de Cultura: **800 implantados**. Convênios firmados para instalação de mais 1.298 pontos². Publicados 19 editais para mais mil pontos. Meta 2009: três mil pontos.
- Pontinhos de Cultura: espaços públicos de atividades lúdicas, culturais e lazer para público infanto-juvenil. Seleccionadas 200 iniciativas que receberão R\$ 18 mil cada.
- Bibliotecas públicas: instalação de 376 kits em municípios sem biblioteca; 410 bibliotecas seleccionadas para modernização (299 nos Territórios da Cidadania).
- Pontos de Leitura: seleccionados 600 projetos comunitários de incentivo à leitura que receberão 500 títulos, computador e mobiliário.
- **Microprojetos Culturais: R\$ 13,5 mi disponíveis para financiar 1.100 projetos**³.
- Espaços Culturais Multiuso em áreas de reurbanização do PAC Infra-estrutura, em parceria com o Ministério das Cidades: 17 propostas em análise.
- Lançadas linhas de crédito, microcrédito e patrocínio para financiar produção cultural:
 - Amazônia Mais Cultura: parceria com o Basa⁴ nos estados da Amazônia Legal.
 - Banco do Nordeste: duas linhas: Cresce Nordeste Cultura, para micros, pequenas, médias e grandes empresas culturais; e Crediamigo Cultural, pequenos empréstimos (até R\$ 2 mil) a empreendedores.
- **Mais Cultura Audiovisual: lançado edital para seleção de três minisséries e 100 Pontos de Exibição Audiovisual (PEA)**⁵ instalados.
- Assinados acordos de cooperação para a implementação do programa com 16 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PE, PI, CE, RJ, SE, AL, MG, SC e PB.

Fundo Setorial do Audiovisual

- Lançado em 4dez08: financiamento a empresas brasileiras em todos os elos da cadeia produtiva do audiovisual (produção, distribuição, comercialização e exibição):
 - R\$ 74 mi entre 2008 e 2009: quatro editais lançados pela Finep⁶.

Mais informações: www.cultura.gov.br/site/2008/07/11/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/

1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

2 Em 24 estados e quatro municípios (São Vicente/SP, Curitiba/PR, Campina Grande/PB e Goiânia/GO).

3 Parceria firmada com o Banco do Nordeste: financiamento de projetos de até 30 salários-mínimos em AL, BA, CE, MA, Norte de MG, RN, PE, PB, PI, SE e Norte do ES.

4 Banco da Amazônia.

5 Pontos comunitários de difusão de obras audiovisuais prioritariamente localizados em municípios dos Territórios da Cidadania, em periferias de grandes centros urbanos.

6 Financiadora de Estudos e Projetos: parceira com Ministério da Cultura.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes prioriza soluções comunitárias e respeito a direitos humanos

Agenda Social – criança e adolescente

- Orçamento 2008-10: R\$ 2,1 bi para quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e cinco empresas estatais.
- Implantado Comitê Gestor¹ com reuniões periódicas.
- **Realizado o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, em 25 a 28nov/08, no Rio de Janeiro, RJ. (ver pág.68)

Três grandes projetos

- Bem-me-quer: enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Meta: atender as 19 regiões metropolitanas do Pronasci.
 - Pair (Programa de Ações Integradas Referenciais): implantado em 92 municípios, sendo 11 nas regiões metropolitanas do Pronasci.
 - “Depoimento sem dano”² implantado em quatro municípios; capacitação em 11.
 - Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: implantado em oito estados³.
 - Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares⁴: assinados convênios para criação de seis escolas, em 45 municípios. Em PE e PA, já em funcionamento.
 - Campanha “Não bata, Eduque” (parceria com Caixa e Instituto Pró-Mundo).
- Caminho para Casa: promover direito à convivência familiar e comunitária, re-inserindo crianças e adolescentes abrigados em famílias.
 - Adoção facilitada: lançado Cadastro Nacional de Adoção⁵; Lei Nacional da Adoção em tramitação no Congresso.
 - Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras⁶.
 - Auxílio financeiro de R\$ 1,5 mil às famílias para retorno de filhos abrigados.
 - Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.
- Na Medida Certa: implantar Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para adolescentes em conflito com a lei.
 - Construir unidades de internação que minimizem sensação de confinamento.
 - Inaugurada unidade em Ponta Porã (MS). Meta 2008: mais duas (Formosa, GO e Vitória, ES) prontas; iniciar construção de mais cinco⁷ e reformar outras dez.
 - Seis ambulatórios de saúde nos Centros Socioeducativos em construção.
 - Financiamento de construção de quadras esportivas em 56 unidades.

Perspectivas

- Observatório: portal sobre políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes⁸.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf

1 Secretarias: Especial de Direitos Humanos (coord.), Políticas de Igualdade Racial, Políticas para Mulheres e Juventude. Ministérios: Cidades, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MEC, Esporte, Justiça, Planejamento, Saúde e Trabalho e Emprego.

2 Metodologia de depoimento à Justiça específica para criança/adolescente vítima de violência.

3 Incluindo cinco implantados anteriormente ao lançamento da Agenda Social.

4 Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

5 Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

6 Abrigam crianças vítimas de violência doméstica ou negligência, enquanto pais recebem atenção social e psicológica.

7 PE, PB, SE, RJ e AC já contratadas.

8 Lançamento, previsto inicialmente para set/08, adiado por motivos operacionais.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Investimentos no setor fortalecem as instituições de pesquisa, a capacidade inovadora das empresas e a inclusão social

Prioridade I – expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

- Aprovada criação de 101 institutos nacionais de Ciência e Tecnologia: R\$ 600 mi¹, para os próximos três anos. Projetos contemplam todas as regiões do país.
- Ampliação do Proinfra²: R\$ 420 mi, em três anos, em dois editais lançados.
 - Criação e reforma de laboratórios de instituições de pesquisa.
 - Implantação e modernização da infra-estrutura de pesquisa de novas instituições (criadas a partir de 2002) e de campi regionais.
- Edital universal: R\$ 100 mi para pesquisas em todas as áreas do conhecimento. 2.550 projetos aprovados,
- Lançado 3º edital do Programa dos Núcleos de Excelência (Pronex³): R\$ 220 mi para as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs).
- Lançado edital Capes⁴: R\$ 81 mi para bolsas de mestrado e doutorado a orientadores de programas de pós-graduação reconhecidos em áreas estratégicas.
- Aumento do limite anual de importação de bens destinados à pesquisa: US\$ 500 mi em 2008 (100% a mais do que 2007)

Prioridade II – promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Mais investimento em P,D&I⁵: 291 empresas investiram R\$ 6,8 bi em 2007 (2006: 130 empresas e R\$ 2,1 bi), como consequência da Lei do Bem (11.196/05)⁶.
- Edital do RHAÉ⁷: R\$ 26 mi para apoio à inserção de pesquisadores nas empresas.

Prioridade III – P, D&I em áreas estratégicas

- Realizado primeiro seqüenciamento genômico pelo LNCC⁸, em parceria com a Embrapa, que permitirá o aumento da fixação do nitrogênio em cultivos de soja⁹.
- Lançamento do programa ForSoft, para formação de 10 mil jovens por ano na área de software pelo MCT e MTE¹⁰. Projeto Piloto, com R\$ 4 mi, formou 300 jovens.

Prioridade IV – C,T&I para o desenvolvimento social

- Premiados os vencedores, entre 1.748 inscritos, da 23ª edição do Prêmio Jovem Cientista. Tema: “Educação para Reduzir as Desigualdades Sociais”. Consulte: <http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2008/1128.htm>
- Lançado edital da Finep¹¹ de seleção de instituições para atualizar e ampliar o Sistema de Informações em Economia Solidária do MTE: R\$ 4,9 mi.

Mais informações: www.mct.gov.br; www.cnpq.br/editais/index.htm; www.finep.gov.br

1 Foram incorporados novos acordos com Fundação de Amparo à Pesquisa de SC (FAP-SC), BNDES, Ministério da Saúde e Petrobrás.

2 Programa de Infra-estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia.

3 Grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível para troca permanente de conhecimento.

4 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

5 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

6 Incentivos fiscais a empresas que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

7 Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas.

8 Laboratório Nacional de Computação Científica.

9 Seqüenciamento da bactéria *Bradyrhizobium japonicum* CPAC 15. Estima-se que, pela fixação biológica do nitrogênio com a cultura da soja, o Brasil economizará anualmente US\$ 6 bi, que deixarão de ser gastos em fertilizantes nitrogenados.

10 Ministério do Trabalho e Emprego.

11 Financiadora de Estudos e Projetos.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira por meio de incentivos ao desenvolvimento das comunidades quilombolas

Objetivos

- Articular ações visando ampliar direitos e melhorar condições de vida de pessoas que vivem em comunidades quilombolas¹.

Metas até 2010

- Atender 1.739 comunidades em 22 estados, 330 municípios e 120 Territórios da Cidadania, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.
- Concluir 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária², de 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas. 2008: finalizar 220 relatórios.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades. Meta 2008: atender 137 comunidades.
- Material didático: 280 mil exemplares sobre história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do ensino fundamental.
 - “A Cor da Cultura”: três mil educadores já capacitados.
- Construção de 950 salas de aula. 2008: construção de 296 salas.
- Acesso a programas sociais. Meta 2008: Luz para Todos em 15 mil domicílios, e Saúde da Família e Saúde Bucal em 137 comunidades.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras de integração de bacias do Rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etno-desenvolvimento. Meta 2008: atender 390 comunidades.

Realizações

- Terras quilombolas em Alcântara (MA) reconhecidas pelo Incra: 78 mil ha.
- Oito Comitês Gestores instalados (AP, GO, MA, PA, PI, RJ, SE e RS).
- 190 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação em andamento.
- R\$ 3 mi para 28 projetos selecionados por edital de apoio ao fortalecimento institucional e desenvolvimento local para comunidades quilombolas³.
- Projetos de saneamento da Funasa⁴ (2007): 120 comunidades beneficiadas em 14 estados. Previsão 2008: mais R\$ 34 mi em novos projetos.

Ações afirmativas

- Cotas raciais em 23 universidades federais, 25 estaduais e três Cefets⁵.
- Parceria com Pronasci para atender jovens em situação de vulnerabilidade social nos centros urbanos. Previsão: R\$ 5,4 mi até 2010, sendo R\$ 1,8 mi em 2008.
- Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego: qualificação profissional e escolarização de empregadas domésticas. Projeto-piloto atendeu 210 mulheres em sete cidades. Meta: 2.100 mulheres em 30 cidades.

Mais informações:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder_view/

1 Remanescentes de escravos refugiados em aldeias.

2 Título definitivo é expedido pelo Incra.

3 O valor disponibilizado para o edital foi de R\$ 5 mi, mas os projetos selecionados totalizaram R\$ 3 mi.

4 Fundação Nacional de Saúde.

5 Centros Federais de Educação Tecnológica.

MAIS SAÚDE

Melhoria no acesso, modernização da gestão, promoção de pesquisa e capacitação profissional

Promoção e atenção à saúde

- Planejamento familiar. Monitoramento de gestantes e população de 0 a 5 anos.
- Programa Saúde da Família em todos os municípios.
- Ampliação do Brasil Sorridente, Internação Domiciliar e Farmácia Popular do Brasil.
- Atendimento médico a 26 milhões de alunos da rede pública.
- Estímulo a práticas de alimentação saudável e de atividade física; regulamentação do teor de sal e gordura em produtos industrializados.

Produção, inovação, desenvolvimento e cooperação em saúde

- Incentivo às indústrias privadas, produtoras de medicamentos e insumos.
- Modernização dos laboratórios da Rede Nacional de Saúde Pública.
- Aumento da quantidade de medicamentos produzidos pelos 19 laboratórios oficiais.

Gestão, trabalho e participação

- Implantar Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.
- Complexos reguladores para agendar consultas, internações e exames especializados.
- Ampliação e capacitação da força de trabalho do SUS.

Destaques de nov/08

- Um bilhão de preservativos comprados, 22 milhões já distribuídos.
- Reduzido em 30% custo do medicamento Kaletra, para tratamento da Aids.
- Saúde na Escola: lançado documentário "História de Todos Nós" sobre DST1/Aids.
- Fiocruz cria primeira droga infantil para Aids em comprimido, que resguarda crianças contra erros de dosagem.
- Programa de Medicamentos Excepcionais: cinco medicamentos incluídos. Investimento: R\$ 2,3 bi. Aumento de 410% no gasto por habitante/ano em 2008.
- Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Centro de Transplante de Medula Óssea do Inca² amplia de três mil para dez mil bolsas de sangue.
- Dia Mundial do Diabetes (14nov/08): distribuição gratuita de 11,6 milhões de frascos de insulina (936 mil/mês); 600 mil pacientes assistidos; cumprida meta 2008.
- Pactuados compromissos para apoio a seis hospitais para incorporação tecnológica, formação de recursos humanos, pesquisa de interesse público e gestão de serviços.
- Núcleos de Apoio à Saúde da Família: 314 unidades, R\$ 240 mil/unidade/ano.
- Agentes Comunitários de Saúde – ACS: reajuste de 9,2% no incentivo para custeio repassado a municípios. De R\$ 532,00 para R\$ 581,00 por agente em 2008.

Cooperação internacional

- Assinado acordo com Portugal para capacitação de profissionais, programas de bolsas de estudo, intercâmbio de pesquisas, trocas de experiências e boas práticas em oncologia, saúde mental, saúde do idoso e atenção básica (nov/08).

Mais informações: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

1 Doença Sexualmente Transmissível.

2 Instituto Nacional do Câncer.

MAIS SAÚDE – METAS E RESULTADOS

Ações	Metas até 2011	Realizado (até nov/08)
Promoção da Saúde		
Saúde do Idoso	10 milhões de Cadernetas de Saúde do Idoso	5 milhões de cadernetas
Saúde do Trabalhador	De 140 para 290 Centros de Referência – Cerest	169 centros habilitados
Saúde na Escola	78.053 próteses auditivas para alunos de escolas públicas	7.961 próteses
Vacinação contra Rubéola	Cobertura maior ou igual a 95% em todos os municípios	63 milhões imunizados (90%); 11 capitais e 2.647 municípios (95%)
Atenção à saúde		
Farmácia Popular	500 unidades	500 unidades
Aqui tem Farmácia Popular	19.400 farmácias credenciadas	6.249 farmácias credenciadas
Saúde da Família	40.000 equipes	29.239 equipes
Saúde Bucal	De 16.500 para 24.000 equipes	17.715 equipes
Centros Odontológicos	550 para 950 centros	672 centros
SAMU	180 milhões de pessoas*	100,3 milhões de pessoas
Doadores de órgãos	De 460 mil para 920 mil doadores registrados	872 mil doadores
Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário	13 unidades	4 unidades no Instituto Nacional do Câncer (RJ)
Construção, reforma e equipamentos na rede de serviços do SUS	244 hospitais e unidades de saúde	10 unidades/serviços inaugurados em SP, PE, RJ, AL, PI e MG
Leitos de UTI	3.163 novos leitos	447 novos leitos
Complexo Industrial e Produtivo da Saúde		
Complexo Industrial	Escritório da Fiocruz na África	Inaugurado
Preservativos	Fábrica – Xapuri/AC	Inaugurada
Força de Trabalho em Saúde		
Capacitação	260.000 técnicos capacitados	65.036 técnicos capacitados
Especialização do Saúde da Família	52.172 profissionais de nível superior especializados	9.340 profissionais especializados
Qualificação da Gestão		
Conselhos de Saúde	5.590 conselhos estruturados	5.590 conselhos estruturados
Ouidoria do SUS	104 unidades	15 unidades implantadas
Complexo Regulador**	302 complexos	64 complexos

*Público-alvo da meta do programa Serviço Móvel de Urgência – SAMU.

**De agendamentos, internações e exames especializados.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais

Características¹

- 120 territórios, envolvendo 1.808 municípios, onde vivem 41,4 milhões de pessoas, 12,8 milhões em áreas rurais. Mais de 2,4 milhões de famílias a serem beneficiadas.
- 2008: 60 territórios implantados. Envolve 963 municípios e beneficia 1,3 milhão de famílias de assentados da reforma agrária, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais. R\$ 12,9 bi previstos em 178 ações de 19 ministérios e órgãos.

Objetivos

- Combater pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

- Apoio a atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
- Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação.
- Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, cisternas, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

Crítérios de seleção

- Menor IDH²; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Implantação

- Participação de nove mil pessoas, entre representantes dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil, em eventos de lançamento do programa e 13.758 pessoas em 236 eventos territoriais³ para apresentação e debate nos 60 primeiros territórios (fev-mai/08).
- Comitês de articulação estadual implantados em todos os estados.
- Protocolos de cooperação federativa, de pactuação com governo estadual e municípios, assinados em 21 estados⁴.
- Planos Territoriais de Ações Integradas – ações concretas que o governo federal executa nos Territórios da Cidadania (obras, serviços públicos e projetos de fomento à produção) – apresentados aos Colegiados Territoriais⁵.

Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br

1 Número de ações e de municípios dos 60 primeiros territórios ajustados/corrigidos em relação à edição anterior.

2 Índice de Desenvolvimento Humano.

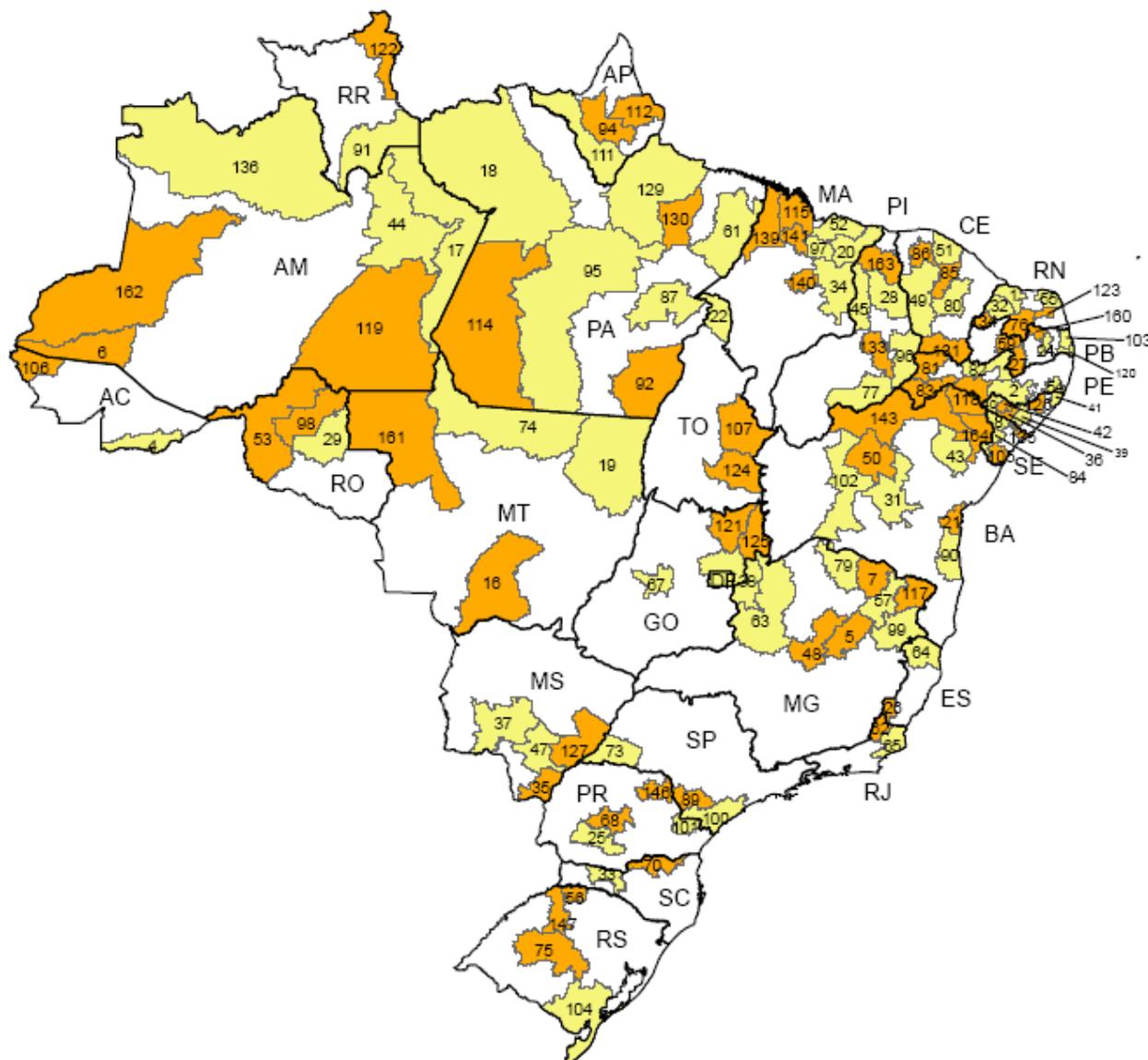
3 Tipos de eventos: plenárias dos colegiados; temáticos; setoriais; municipais e outros.

4 Faltam: AC, GO, MA, RO, RR e SP.

5 Formados por representantes dos governos federal, estadual e municipal e representantes da sociedade.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Localização dos 120 territórios¹



Abrangência dos 120 territórios²

- Municípios: 1.808 (32,49% do total do país).
- População: 41,4 milhões de habitantes (22,62%).
- População rural: 12,7 milhões (44,91%).
- Agricultura familiar: 1,8 milhão de famílias (44,87%).
- Assentados da reforma agrária: 505,6 mil famílias (64,39%).
- Comunidades quilombolas: 768 (64,97%).
- Terras indígenas: 323 (51,14%).
- Pescadores: 208,3 mil pescadores (53,32%).

Legenda

- Divisa Estadual
- Territórios da Cidadania 2009 - 2010
- Territórios da Cidadania 2008

¹ Listagem completa dos territórios disponível em: serv-sdt-1.mda.gov.br/sit/images/mapas/tc/mapa_120_tc_2008_2010.jpg

² Errata: em relação à edição anterior, foram corrigidos os itens: "Agricultura familiar" – o número de 1,8 milhão é de famílias, não de agricultores; "Terras indígenas" – de 313 para 323 terras; e "Pescadores" – o número de 208,3 mil é de pescadores, não de famílias.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Campanha nacional pretende mobilizar toda a sociedade para atingir a meta de erradicação do sub-registro até 2011

Agenda Social – Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Objetivo: erradicar sub-registro de nascimento¹ e expandir acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade: Amazônia Legal; povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de recicláveis; pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos; municípios com índice de sub-registro acima de 25%, sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Índice nacional de sub-registro diminuiu de 20,9% para 12,2% (2002 a 2007).

Realizações

- Já aderiram ao compromisso nacional 19 estados.
- Assinados 14 convênios com estados e sociedade civil: R\$ 6,21 mi destinados para ações de ampliação do acesso, mobilização e mutirões em 11 estados (AC, AP, AM, MA, MT, PA, PE, PI, RO, RR, TO, MG) e três entidades sociais².
- Mobilização para registro civil³ e campanhas de TV e rádio:
 - **Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica** (17nov-19dez/08). Foco: municípios dos Territórios da Cidadania.
 - Mutirões de registro e identificação da população sem documentos.
 - Sensibilização de prefeitos, gestores públicos, agentes de saúde, educadores, lideranças religiosas, articuladores do Selo Unicef Município Aprovado⁴, juízes, promotores públicos e defensores públicos.
 - Campanhas já realizadas: Amazônia Legal e PI (300 municípios dos Territórios da Cidadania) e junto aos povos indígenas do MS e AM.
- Ampliação da rede de emissão de documentos e aprimoramento da infra-estrutura:
 - **Expresso Cidadã** – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR): duas unidades móveis em funcionamento (PA e PI) e seis adquiridas⁵.
 - **Mutirões do PNDTR**: realizados 386 em 399 municípios. Entre jan-nov/08, emitidos 193.287 documentos, sendo 74.288 para trabalhadoras.
 - Iniciado serviço itinerante fluvial de registro civil⁶ para indígenas e ribeirinhos.
 - Implantados 602 novos pontos de emissão de Carteira de Trabalho. **237 em 2008, superando a meta de 200 pontos implantados neste ano.**
- Criado Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/

1 Situação das crianças com até um ano de idade, sem registro de nascimento.

2 Projeto Rondon, Sindicato dos Oficiais do Registro Civil de MG (Recivil) e Ágere – Cooperação em Advocacy.

3 Série de atividades que busca identificar pessoas sem documentação.

4 Reconhecimento da Unicef aos municípios do semi-árido que alcançaram resultados significativos na melhoria da qualidade de vida e na promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

5 Para os estados do CE, BA, MG, RN, PB e uma ainda a definir (MA ou PE).

6 Em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Parecer do relator foi aprovado na Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados; encaminhado para votação no Plenário

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais. Quatro (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) serão substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F) e o quinto (CSLL) incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais de ICMS, com extinção do atual imposto e criação do “Novo ICMS”.
- Fim da guerra fiscal: cobrança do Novo ICMS no estado de destino. Redução progressiva da alíquota na origem, completando-se o processo no 8º ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução de 20% para 14% da contribuição de empregadores para Previdência Social – queda de 1 pp/ano, a partir do 2º ano após aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica.
- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e aumento de recursos.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada área cuja fonte de financiamento for extinta.
- Ampliação da base de partilha federativa, que passa a incluir o IR, o IVA-F e o IPI¹.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS, por lei complementar.

Impactos

- Melhores condições de crescimento e competitividade das empresas, com simplificação e desoneração de investimentos, exportações e folha de salários.
- Aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e maior transparência.
- Aumento de receita de estados e municípios e fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto sobre PIB estimado em, no mínimo, 10% após transição. Espera-se que PIB brasileiro cresça 0,5 p.p./ano a mais do que cresceria sem a reforma.

Tramitação da proposta no Poder Legislativo

- PEC 233/2008 encaminhada ao Congresso Nacional em 28fev/08.
- **Parecer do relator aprovado na Comissão Especial da Reforma Tributária em 19nov/08. Texto segue para o Plenário da Câmara dos Deputados. Parlamentares acordaram votar proposta em 2009.**

Mais informações: www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

1 A despeito de neutra em relação ao montante de recursos transferidos a estados e municípios, medida melhora qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com as contribuições sociais.

MULHERES

Mais cidadania para mais brasileiras: mobilização social e ações articuladas para enfrentar a discriminação e a violência

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

- Lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para implementação entre 2008 e 2011. Investimento total: R\$ 1 bi.
- Estados prioritários (2008): AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS.
- **Assinatura do Pacto com estados de SP e MG** (25 e 26nov/08, respectivamente).
- Campanha "Homens Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher". Ver: www.homenspelofimdaviolencia.com.br. Reúne, desde 31out/08, **mais de 25 mil assinaturas**.
- **Campanha Internacional dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres¹**, com o mote "Há momentos em que sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se!"² lançada no Brasil, em 20nov/08.
- Lançamento da **Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta**, em 27nov/08, durante a V Feira de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária³.
- Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180: orienta mulheres em situação de violência. **De jan-out/08, 216 mil atendimentos**: aumento de 39% em relação ao mesmo período de 2007 (155 mil); informações sobre Lei Maria da Penha: 92.638 atendimentos (43% do total).
- **Rede de Atendimento à Mulher**: 415 delegacias especializadas de atendimento à mulher; 126 centros de referência; 67 casas-abrigo e 62 juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e varas de justiça adaptadas.

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

- Lançado em mar/08. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de ago/07, cuja elaboração envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais em todos os estados.
- Comitê de Monitoramento do II PNPM⁴.
- **Lançada segunda edição do Programa e selo Pró-Equidade de Gênero⁵**: destinado a fomentar gestão voltada para igualdade de oportunidades. Participam 38 organizações empresariais e não empresariais, públicas e privadas.
- **Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher**: capacita mulheres para criar e desenvolver seus próprios negócios. Beneficiadas 1.800 mulheres em 2007 (RJ); previsão de mais 3.600 em 2008 (DF e SC). Programa também capacita gestores públicos da área social⁶.

Mais informações: www.spmulheres.gov.br/

1 Mobilização educativa realizada há 18 anos em todo o mundo entre 25nov e 10dez.

2 Iniciativa da ONG Agende, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

3 Iniciativa da SPM, em parceria com Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

4 Coordenado pela SPM e composto por 18 ministérios, secretarias especiais, representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e dos executivos estaduais e municipais, Funai, Ipea, IBGE e Caixa.

5 Parceria com Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

6 Parceiros: governos estaduais, Sebrae, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Ibam, Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW e Banco da Mulher.

PAC – EMBRAPA

Mais investimentos em pesquisa promovem fortalecimento da produção agrícola e ampliação do conhecimento em áreas estratégicas

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para conhecimento agrícola em áreas estratégicas, como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- Até 2010: R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária, dos quais R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, às organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- R\$ 119,1 mi em 2008, já liberados em jul/08, dos quais R\$ 88,7 mi diretamente para a Embrapa e R\$ 30,4 mi para organizações estaduais de pesquisa. Dos recursos programados para a Embrapa, 100% foram alocados nos centros de pesquisa: R\$ 51,8 mi em custeio e R\$ 36,8 mi em investimento.

Metas

- Até 2010: dez projetos com 141 metas, sendo 88 tecnológicas e institucionais.
- Para 2008, 37 metas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Projetos	Metas 2008	Até 2010	Centros de pesquisa executores
Agricultura amazônica sustentável	5	11	15
Segurança alimentar e alimento seguro	12	34	29
Aproveitamento dos recursos naturais	5	12	22
Competitividade da agricultura familiar	5	17	24
Avanço da fronteira do conhecimento	2	6	17
Competitividade em agroenergia	8	8	27

- Metas institucionais: três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional (MA, TO e MT); a Embrapa Participações, braço privado da empresa; ampliação da Embrapa Internacional.

Realizações

- Criadas unidades da Embrapa na África (2006) e na Venezuela (2008).
- Ampliação de presença em laboratórios nos EUA e Europa (Inglaterra em 2008).
- Monitoramento das obras do PAC por satélite de alta resolução pela Embrapa. Monitoramento por Satélite: iniciado em nov/08².

Ampliação do quadro de pesquisadores

- 750 pesquisadores/460 profissionais de suporte à pesquisa contratados até 2010.

Mais informações: www.embrapa.gov.br/

¹ Consulte: http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

² Sistema de comunicação e acesso aos bancos de dados produzidos pela unidade implementado com a Casa Civil e o Gabinete de Segurança Institucional – GSI - da Presidência da República e iniciado fluxo de fornecimento de imagens e dados que vai permitir monitorar, também, os impactos decorrentes das obras.

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais

Características

- Beneficiários: todo o Brasil, especialmente os 23,5 milhões de habitantes da Amazônia Legal (12,8% da população nacional e 59% do território brasileiro)¹.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e ampla participação da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população, valorizar patrimônio natural e aportar investimentos em tecnologia e infra-estrutura para viabilizar atividades econômicas compatíveis com uso sustentável de recursos naturais e preservação de biomas.

Eixos de atuação

- Regularização fundiária; combate ao desmatamento; reorganização da agricultura e pecuária de cerrado; alternativas econômicas para os pequenos agricultores e extrativistas na zona de transição entre floresta e cerrado; rede de pólos industriais; logística; capacitação, ciência e educação.

Objetivos

- Regularização fundiária: simplificar legislação e garantir a fiscalização e atuação coordenada entre a União, estados e municípios.
- Promover desenvolvimento científico e tecnológico das técnicas e dos instrumentos da atividade extrativista.
- Promover recuperação de áreas degradadas e utilizá-las como espaço qualificado para desenvolvimento de políticas públicas.
- Implementar novo modelo pedagógico nas escolas: aliar ensino técnico ao desenvolvimento de capacidades e competências individuais.
- Desenvolver a indústria nas cidades e periferias urbanas e incentivar o desenvolvimento de tecnologia adequada ao manejo da floresta tropical.
- Agregar valor aos produtos agropecuários e minerais das áreas de cerrado da Amazônia Legal.²
- Organizar e fortalecer o transporte multimodal, integrando meios aéreo, rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Realizações

- Comissão Gestora constituída (30mai/08) com 13 ministros e governadores da região: primeira reunião em 11set/08.
- Criado Grupo de Trabalho para elaborar proposta para transferência de terras públicas federais aos municípios da Amazônia, para que estes passem a coordenar a titulação fundiária dos ocupantes urbanos.
- Realização do seminário internacional "O Desafio da Regularização Fundiária na Amazônia", organizado em conjunto com Banco Mundial (24 e 25nov/08).

¹ Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 2007.

² No cerrado do Mato Grosso encontram-se os empreendimentos mais intensivos da agricultura brasileira.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Ampliados os financiamentos do BNDES para micros e pequenas empresas e exportadores

Eixos: ampliação do investimento, da inovação e das exportações

- Ações sistêmicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva.
- Programas estruturantes: inicialmente, para 25 setores ou complexos produtivos.
- Destaques estratégicos: micros e pequenas empresas; regionalização; integração com América Latina, Caribe e África; desenvolvimento sustentável; exportações.

Metas para 2010

- Ampliar investimento de 17,6% para 21% do PIB; investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de 0,51% para 0,65%; participação no comércio mundial de 1,17% para 1,25%.
- Aumentar em 10% as micros e pequenas empresas exportadoras (em 2007 eram 11.919).

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica; poder de compra governamental; regulação técnica, econômica e concorrencial; apoio técnico.

Recursos

- BNDES, R\$ 210,4 bi; PAC C&T¹, R\$ 41,2 bi; desonerações, cerca de R\$ 20 bi (2008-11).

Ações já realizadas

- Subvenção Econômica Finep² (interação PDP e PAC C&T): R\$ 450 mi³, 2.664 propostas recebidas e 209 projetos habilitados (nov/08).
- Instalados no Acre e em Sergipe, o segundo e o terceiro núcleos Renapi⁴ de apoio à implementação da PDP. O primeiro foi em Goiás. Previstos dois outros em 2008 (RS e MG) e quatro em 2009 (BA, SC, RO e CE).
- Crédito para exportadores via Proex⁵: disponíveis, em 2008, US\$ 1,3 bi no Proex-Financiamento, para compradores das exportações brasileiras e US\$ 900 mi no Proex-Equalização, que cobre, a fundo perdido, a diferença entre os juros obtidos pelos exportadores no mercado interno e as taxas internacionais.
- Desembolsos do BNDES: R\$ 71,5 bi em 2008 (jan-out) (+40% frente jan-out/07).
- Cartão BNDES⁶: R\$ 100 mi (out/08) – recorde mensal.
- Crédito BNDES para exportação: R\$ 4,5 bi em 2008 (jan-out) (+45%).
- Drawback Verde-Amarelo⁷: 60 empresas com exportações de US\$ 787 mi.
- 34 medidas de desoneração, inovação e exportações aprovadas e/ou regulamentadas.

Mais informações: <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/>. Ver também pág. 75.

1 Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional e Inovação, também conhecido como PAC da Ciência e Tecnologia (ver pág. 32).

2 Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, apóia o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas com subvenção econômica (recursos não-reembolsáveis), por meio de chamada pública.

3 Dos R\$ 450 mi aprovados, 70% vão para micro e pequenas empresas.

4 Rede Nacional de Agentes da Política Industrial. Mais de 3,8 mil participantes até o momento.

5 Programa de Financiamento às Exportações. Utiliza recursos do Tesouro Nacional e é operado pelo Banco do Brasil.

6 Linha de crédito rotativo pré-aprovada voltada especificamente para micros, pequenas e médias empresas.

7 Entrou em vigor em 1ºout/08. As empresas podem ter isenção tributária (IPI, PIS-Pasep e Cofins) na compra de insumos nacionais para fabricação de produtos para exportação.

MAIS ALIMENTOS

Salto de produtividade da agricultura familiar: mais crédito para investimento de longo prazo, comercialização e nova assistência técnica

Oportunidade

- Programa visa enfrentar alta de preços dos alimentos, aumentando produção da agricultura familiar – com mais investimento, conhecimento e comercialização. Meta: produzir mais 18 milhões de ton/ano até 2010.
- Brasil é dos poucos grandes produtores mundiais com perspectiva de aumento da produção acima da demanda interna (pode exportar excedentes), seja por aumento de área plantada ou de produtividade.
- Entre as safras 2000-01 e 2007-08, mundo apresentou déficit (diferença entre produção e consumo) de 176,3 milhões de toneladas de grãos, enquanto Brasil apresentou superávit de 149,4 milhões.

Mais investimento na agricultura familiar

- Linha de crédito especial para investimento de longo prazo (dez anos): até R\$ 100 mil (e até três anos de carência), taxa de 2% ao ano e novo seguro pelo PGPAF¹.
- Metas para safra 2008-09: 300 mil produtores e investimento de R\$ 6 bi. Até 2010: um milhão de produtores e investimento de R\$ 25 bi.
- Aumento da mecanização.
 - Acordo com Anfavea² prevê desconto de 15% na aquisição de tratores. Meta: 60 mil tratores em três anos. Entre jul-nov/08, financiadas 3.167 unidades.
 - Acordo com Abimaq³: entrega de implementos agrícolas a preços especiais.
- Mais investimentos em melhoria de solo, pastagens, sementes e genética.

Mais conhecimento

- Nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): recursos ampliados e sistema reestruturado nos próximos cinco anos.
 - Mais um milhão de agricultores assistidos⁴, com aumento de 20 mil para 30 mil extensionistas e atendimento sistêmico da propriedade.
 - Organização por cadeia produtiva, focada em gestão e inovação, com flexibilidade para operar com diversos agentes (públicos, cooperados, privados).
 - Transferência de tecnologias aos agricultores para produção de leite, milho, cebola, trigo, suínos, frutas, mandioca, café, soja, arroz, feijão e aves. Mais de 268 atividades previstas com a Embrapa e órgãos estaduais de pesquisa.

Mais comercialização

- Estoques reguladores: mais de R\$ 600 mi para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (safra 2008/2009). De jul a nov/08: 46.562 mil ton de alimentos adquiridas de 29.570 agricultores, no valor de R\$ 72 mi.
- Correção dos preços mínimos: feijão, arroz, trigo, mandioca, milho e leite.
- Ampliação da estrutura de armazenagem pública e das cooperativas.

Mais informações: www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872

1 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar. Agricultores têm bônus no crédito de investimento, sempre que os preços de mercado nas culturas amparadas estiverem abaixo do custo de produção.

2 Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

3 Abimaq: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

4 Hoje são 1,2 milhão de agricultores assistidos.

MAIS PESCA E AQUICULTURA

Ações para o fortalecimento do setor contemplam medidas para aumentar produção de pescado e levar o peixe para a mesa de mais brasileiros

Plano “Mais Pesca e Aquicultura – 2008/2011”

- Objetivos: fomentar produção de pescado, gerar emprego e renda, estimular consumo e melhorar condições sociais e de trabalho de pescadores artesanais.
- Metas: aumentar produção de pescado em 40% (1,4 milhão de ton/ano) e consumo per capita (de 7 para 9 kg/ano). Investimento: R\$ 1,75 bi até 2011.
- **Política de Desenvolvimento Territorial lançada em nov/08:** abordagem territorial amplia participação e descentraliza decisão. Meta: 174 territórios (2011), 50 em 2008.

Profrota

- Nove embarcações financiadas (R\$ 22 mi); três em 2008 (R\$ 10 mi). 54 projetos – de 94 inscritos – aprovados desde o 1º edital (2005).

Crédito pesqueiro e aquícola

- Aquicultura e pesca incluída na renegociação de dívidas do setor rural.
- Aumento da Inha de custeio em 100% (R\$ 300 mil/beneficiário) e fim da vinculação do tomador de comercialização ao de custeio. **Aberta linha Moderagro para pesca.**

Programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel

- 2.320 embarcações atendidas no total de R\$ 18 mi em 2008.

Terminais Pesqueiros Públicos – andamento e investimentos

- Concluídos – Santos/SP: 1ª e 2ª etapas inauguradas, R\$ 7,1 mi; Cabedelo/PB: R\$ 13 mi para obras e R\$ 5,5 mi para equipamentos.
- Em obras – Camocim/CE: término em mar/09, R\$ 8,5 mi, equipamentos: R\$ 2,2 mi; Manaus/AM: em obras, R\$ 12 mi¹.
- Em licitação – Belém (R\$ 37 mi); Bragança/PA (R\$ 6,7 mi); Rio de Janeiro/RJ (R\$ 60 mi).
- Fase de estudo de viabilidade: Salvador/BA e Recife/PE.

Equipamentos para a pesca artesanal

- Em licitação (dez/08): 103 fábricas de gelo (R\$ 35 mi); 85 caminhões frigoríficos (R\$ 15 mi); equipamentos para 70 pequenos empreendimentos (R\$ 2,8 mi); 340 kits “Feira do Peixe” para venda direta (R\$ 3,1 mi).
- Telecentros Maré²: 27 instalados, 36 em instalação e 36 em seleção.
- Centros Integrados da Pesca Artesanal – Cipar’s³: 14 em implantação (2008).

Lagosta

- Aumentado período do defeso⁴ para seis meses. Campanha “Consumo Legal” (dez/08) distribui panfletos nos aeroportos (Ministério do Meio Ambiente).

Cessão das águas da União e entrega de títulos para criatórios

- Castanhão/CE: 647 famílias e Itaipu/PR: 73 famílias (2008).
- Licitações: Recife/PE (fev/08), Ilha Comprida/SP (set/08) e Tucuruí/PA⁵ (dez/08).

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/

1 Recursos do Ministério dos Transportes.

2 Computadores com internet banda larga nas colônias para atendimento à comunidade.

3 Equipamentos de infra-estrutura e capacitação para produção, desembarque e comercialização do pescado.

4 Época do ano em que a pesca é proibida.

5 Em Tucuruí, licitação para aquisição de 2.600 tanques-redes para produção de pescado.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
Territórios de Paz	48
O Brasil e a Crise Financeira	49
Brasil unido contra a dengue	50
Meio Ambiente	52
Mudança do Clima	53
2009: Ano da França no Brasil	54
Relação com Municípios	55
Habitação e Saneamento	56
Esportes	57
Emprego	58
Previdência Social	59
Portos	60
Exportações	61
Mudança no campo	62
Agricultura e Pecuária	63
Combustíveis	64
Energia Elétrica	65

TERRITÓRIOS DE PAZ

Já implantado em duas localidades, programa prioriza ação conjunta entre policiais e comunidades no combate à violência

Características

- Implantação simultânea de ações de cidadania para combater a violência e maior integração entre policiais e comunidade.
- Policiais tornam-se agentes comunitários, ou policiais-cidadãos, em projetos de segurança pública que visam dignificar a vida e prevenir a violência.
- Integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.

Territórios implantados

- **Comunidade de Santo Amaro, em Recife/PE**, em 2dez/08: 29 projetos lançados com R\$ 70,8 mi em 2008.
- **Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro/RJ**, em 4dez/08: 20 projetos lançados com R\$ 133,6 mi em 2008.

Principais Projetos	Pernambuco	Rio de Janeiro
Capacitação pela Renaesp ¹	28.681 profissionais	51.509 profissionais
Bolsa Formação	5.488 profissionais	16.993 profissionais
Treinamento em policiamento comunitário	12 policiais formados para Santo Amaro	450 policiais formados para Complexo do Alemão
Postos de polícia comunitária	Um posto instalado	Previsão de construção de 20 postos; 8 móveis em funcionamento
Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública	131 habitações previstas pelo PAR ²	Chaves entregues aos primeiros beneficiados; 3.000 unidades previstas
Mulheres da Paz	1.100 mulheres; 90 de Santo Amaro ²	2.550 mulheres; 175 do Complexo do Alemão ²
Gabinete de Gestão Integrada Municipal ³	14 integrantes	16 integrantes
Videomonitoramento	Instalação de 45 câmeras ²	-
Proteção de Jovens em Território Vulnerável ⁴	2.800 jovens, sendo 400 em Santo Amaro/BA ²	4.710 jovens, sendo 200 do Complexo do Alemão ²
Estabelecimentos penais especiais para jovens	Conclusão de unidade no 1ºsem/09 - Tacaimbó/PE	Conclusão de unidade no 1ºsem/09 em Gericinó/RJ
Assistência jurídica integral ao preso e aos seus familiares	Ampliação dos serviços; criação de núcleo especializado	Benefício para 28 mil pessoas até jul/09
Efetivação da Lei Maria da Penha ⁵	83 mil pessoas até abr/10	65 mil pessoas até dez/09

1 Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública.

2 Previsão. PAR – Programa de Arrendamento Residencial.

3 Composto por representantes dos governos federal, estadual e municipal, das polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal, do Corpo de Bombeiros, da Guarda Municipal e dos Poderes Judiciário e Legislativo.

4 Jovens de 15 a 24 anos, entre moradores de rua, vítimas de violência doméstica ou urbana e adolescentes em conflito com a lei.

5 Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher. Criação de Núcleo Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar no Ministério Público, em Recife.

O BRASIL E A CRISE FINANCEIRA

Medidas de proteção da economia, da população e dos mercados buscam reduzir impactos da crise; PAC e programas sociais serão mantidos

Brasil preparado para enfrentar a crise

- Grave restrição das linhas internacionais de crédito repercute em todas as economias do mundo.
- **No Brasil, sólidos fundamentos econômicos contribuem para enfrentar a crise com êxito:** equilíbrio fiscal, mais reservas, menor vulnerabilidade externa, inflação controlada e crescimento (PIB: + 6,4% em 2008 até 3º tri/08). Ver págs. 10 e 11.

Sinais preocupantes da crise financeira internacional na economia brasileira

- Diminuição no ritmo de crescimento do emprego formal em out/08 (61.401 novos postos, contra 205.260 em out/07).
- Queda da produção industrial em out/08 (-1,7% frente set/08, +0,8% frente out/07).
- Redução nas vendas de automóveis (-25% na comparação nov/08-nov/07).
- Redução no ritmo de crescimento das exportações: US\$ 14,7 bi em nov/08 (+5% em relação a nov/07) ante US\$ 18,5 bi em out/08 (+ 17% em relação a out/07).

Principais medidas do Governo garantem crédito¹

- **Linha de crédito imobiliário (R\$ 8 bi) BB e Caixa para servidor público** (17nov/08).
- Linha de crédito para agricultor financiar até 40% das dívidas de investimento – R\$ 500 mi para produtor do Centro-Oeste (nov/08).
- Adiamento do prazo de recolhimento de alguns tributos federais (14nov/08).
- Linha de crédito BNDES (R\$ 10 bi) para capital de giro e modalidade de pré-embarque para as vendas externas de médias e grandes empresas (6nov/08).
- Linha BB (R\$ 5 bi) para capital de giro de micros e pequenas empresas (6nov/08).
- Liberação de R\$ 4 bi para os bancos das montadoras de automóveis (6nov/08).
- **Proposta nova regulação do sistema financeiro internacional** (G-20 - nov/08). Ver pág. 73.
- BB e Caixa podem adquirir participação em instituições financeiras (21out/08).
- Ampliação do Fundo da Marinha Mercante (mais R\$ 10 bi – 07out/08).
- Financiamento da agricultura: antecipação de desembolsos do BB (R\$ 3 bi – 6out/08); ampliação de recursos do FNE e FNO² (R\$ 1,35 bi – out/08); aumento de 25% para 30% dos depósitos à vista (out/08); preço mínimo na próxima safra (set/08).
- Mercado de câmbio: leilões de linha de câmbio, de *swap* cambial simples³ e de dólares à vista; empréstimo de reservas internacionais para bancos financiarem exportações; autorização para Banco Central realizar operações de *swaps* de moeda com outros bancos centrais (linha de US\$ 30 bi com Fed – set/08).
- Mercado monetário: redução do depósito compulsório⁴ (R\$ 100 bi – set/08).
- Empréstimo de longo prazo: manutenção da TJLP (taxa de juros de longo prazo) em 6,25% a.a. (29set/08); liberação de mais recursos para o BNDES (6nov/08).
- Mais Alimentos: maior produção para enfrentar alta de preços (jun/08 – ver pág. 44).
- Superávit primário: mais 0,5 p.p. do PIB para constituir Fundo Soberano (23mai/08).

Mais informações: <http://www.fazenda.gov.br/audio/2008/novembro/a241108.pdf>

1 Entre parêntesis, data da edição da norma ou do anúncio da medida.

2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

3 *Swap* cambial: contratos que trocam o rendimento em juros pela oscilação do dólar.

4 Depósito compulsório é a retirada de circulação de um percentual dos depósitos das instituições financeiras.

BRASIL UNIDO CONTRA DENGUE

Mobilização social é determinante para sucesso das ações de prevenção e combate à dengue

Alertas

- A dengue é um dos principais problemas de saúde pública do mundo. Uma doença grave, que pode matar.
- Devido ao clima tropical, Brasil tem condições muito favoráveis ao mosquito que transmite o vírus da dengue, o *aedes aegypt*.
- Período de chuvas está se aproximando em boa parte do país. Nessa época o mosquito se reproduz mais e pode fazer vítimas, principalmente crianças.
- **Mobilização social é determinante para sucesso no combate à dengue.** É preciso cuidar da casa e da rua: mobilizar vizinhos, membros da igreja, colegas de trabalho e lideranças do bairro, organizar mutirões de limpeza, informar-se e repassar as informações.
- **Cuidados especiais diários contra dengue:**
 - Evitar acúmulo de água em vasos, garrafas ou pneus.
 - Alertar autoridades ao encontrar lixo acumulado ou locais que possam servir de criadouro para o mosquito.

Medidas adotadas contra a dengue

- Desde o início do ano, em parceria com estados e municípios, o Governo Federal tem tomado uma série de medidas de prevenção e mobilização.
- Equipes trabalharam junto às secretarias estaduais e municipais de saúde em planos de enfrentamento da doença para o próximo verão.
- Mais de R\$ 1 bi do Ministério da Saúde para 2008 (aumento de R\$ 200 mi em relação a 2007): recursos para que municípios intensifiquem o combate, com a contratação de mais agentes, aumento da mobilização da população e capacitação de profissionais de saúde de todo Brasil, para que o diagnóstico seja mais rápido e o atendimento às pessoas seja mais correto.
- Dengue é exemplo de que a saúde da população é resultado do esforço de todas as instâncias de governo e também de cada cidadão. Exemplo: apoio das Forças Armadas no combate ao mosquito e no atendimento a pacientes em áreas de risco.

Ações intersetoriais de Governo

- Articulação com companhias estaduais de saneamento para aumento na cobertura de abastecimento de água, de modo a evitar armazenamento em tambores e tonéis, potenciais criadouros do mosquito.
- Coleta e destino adequado dos resíduos sólidos.
- Implantação do Plano Nacional de Saneamento – Pacto de Indicadores: orientação para planos diretores municipais, que podem indicar tipos adequados de construção e organização das áreas urbanas, para dificultar a multiplicação de criadouros.
- Manutenção de escolas, universidades e demais ambientes livres de criadouros do vetor e implementação de atividades de comunicação social.

BRASIL UNIDO CONTRA DENGUE

- Inclusão nos currículos escolares de métodos de eliminação de criadouros potenciais do mosquito.
- Implementação de ações de contingência junto aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), priorizando 13 aglomerados de maior risco, em articulação com estados, municípios e DF.
- Implementação da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama - que determina recolhimento de pneus pelas indústrias e importadores.
- Mobilização dos agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama - para divulgação de mensagens educativas sobre controle da doença.
- Envolvimento dos Conselhos Deliberativos para o Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia por meio das secretarias-executivas.
- Articulação com Associação Brasileira das Agências de Viagem (Abav) visando à manutenção de ambientes livres de *aedes aegypti* em hotéis, pousadas e centros de convenções e orientar turistas, com quadros febris, a procurar unidades de saúde de referência para atendimento adequado.
- Integração das secretarias estaduais de segurança pública com secretarias estaduais e municipais de saúde para garantir execução das ações, uma vez que há recusa por parte da população em permitir acesso dos agentes aos domicílios.
- Parcerias entre Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT - e secretarias estaduais e municipais de saúde, para redução de criadouros nos anéis rodoviários e em áreas urbanas da malha ferroviária.
- Instituído Grupo Executivo Interministerial (10out/08) para implementar ações de prevenção e controle da dengue e atenção ao paciente¹.

Levantamento Rápido de Índice de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRAA

- Avaliação nacional das informações sobre infestação, divulgada em 20nov/08, **mostra melhora dos dados em relação a 2007**. Em 2008, dos 2.324 extratos avaliados², 1.344 apresentaram índice de infestação abaixo de 1%, considerada satisfatória pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ações do Grupo Executivo do Ministério da Saúde

- Instituído em abr/08, acompanhou e assessorou desenvolvimento dos planos de ação para enfrentamento da dengue em 13 aglomerados urbanos de 12 estados considerados prioritários (SE, MG, ES, RO, RN, CE, PA, AL, BA, SP, GO, RJ).
- Diretrizes dos planos: organização da rede de atenção ao paciente; intensificação das atividades de combate ao mosquito; aprimoramento de sistemas de vigilância para rápida detecção de surtos.
- Avisos a governadores e secretários estaduais de saúde sobre situação da doença nos respectivos estados.

1 Ministério da Saúde (coordenador), Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministérios das Cidades, Defesa, Educação, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente e Turismo.

2 Áreas de nove a 12 mil imóveis com características semelhantes.

MEIO AMBIENTE

Governo atua na preservação do meio ambiente por meio do combate ao desmatamento, da proteção de espécies e da redução do aquecimento global

Proteção a espécies aquáticas

- Lançados o Plano de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta e a Campanha de Consumo Legal de Pescados¹: conscientização da sociedade para os cuidados na captura, comercialização e consumo e as épocas de defeso².

Sustentabilidade ambiental

- Brasil adere a acordo de sustentabilidade ambiental na Bacia do Prata³ (nov/08).
 - Cooperação multilateral: educação ambiental e mobilização para criar hábitos de consumo consciente, com prioridade à água.

Combate ao desmatamento na Amazônia

- Desmatamento cresce 3,8% de ago/07 a jul/08, apontando estabilização: 11,9 mil km², abaixo das expectativas (Prodes)⁴.
- Comparação com jul/08: redução de 80% em 2008 em relação à média de 2005 e 2007 (Deter⁵).
- Áreas especiais (Unidades de Conservação e terras indígenas): redução de 15% para 10% em relação ao total (2007 a 2008).
- Operação Arco Verde⁶: índice de desmatamento reduziu, nos 36 municípios que mais desmatam⁷, de mais de 50% do total (2005/06/07) para 42% em 2008.

Mudança do Clima

- Plano Nacional sobre Mudança do Clima lançado em 1ºdez/08, com metas de redução de emissões de gás carbônico (ver pág. 53)
- Conferência Regional sobre Mudanças Climáticas – Implicações para o Nordeste, realizada em nov/08: combate à desertificação e desenvolvimento do semi-árido.

Unidades de Conservação (UCs)

- Criadas 63 novas unidades (250 mil km²), com expansão de 26,7% entre 2003 e 2008. Ao todo são 299 UC's federais (755.508 km²), 9% do território brasileiro.
- Elaborados Planos de Conservação de seis dos oito Sítios Ramsar brasileiros⁸ - definidas prioridades de ação, com foco na biodiversidade mais ameaçada:
 - Parques Nacionais do Araguaia (TO), Pantanal (MT) e Lagoa dos Peixes (RS), áreas de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense (MA), das Reentrâncias Maranhenses (MA) e Parque Estadual Marinho do Parcel, Manuel e Luiz (MA)⁹.

Mais informações em <http://www.mma.gov.br/>

1 Parceria entre Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

2 Período da Piracema (desova e a reprodução dos peixes), quando é proibida a pesca.

3 Adesão prevista em acordos firmados entre os Ministérios de Meio Ambiente dos países integrantes da Bacia do Prata (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai). Envolve dez rios (Uruguai, Paraguai, Iguazu, Paraná, Tietê, Paranapanema, Grande, Parnaíba, Taquari e Sepotuba) e 27 represas.

4 Era esperado que, nesse período, o desmatamento ficasse entre 14 e 15 mil km². Entre 2006 e 2007 o instituto registrou 11.532 km² de área desmatada. Prodes – Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia é o sistema mais detalhado de monitoramento do desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

5 Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real. No mês de julho o desmatamento costuma ser bem maior (período seco, o que facilita a exploração) e há menor cobertura de nuvens, o que facilita a visualização pelo satélite.

6 Medidas sociais emergenciais e agenda de transição para sustentabilidade com foco nos 36 municípios que mais desmatam.

7 Conforme Portaria 28/08 do Ministério do Meio Ambiente.

8 Sítios de importância internacional, definidos pela Convenção de Ramsar (Irã, 1971), voltada à conservação de zonas úmidas (pantanal, rios, lagos, manguezais, lagoas, etc.) e aves aquáticas: 154 países signatários (Brasil, desde 1993).

9 O sítios Mamiraurá (AM) e Patrimônio Natural do Sesc Pantanal (MT) ainda não foram contemplados.

MUDANÇA DO CLIMA

**Plano Nacional sobre Mudança do Clima, lançado em 1ºdez/08:
país estabelece metas voluntárias para combater o aquecimento do planeta**

Cenário

- No Brasil, desmatamento e queimadas são responsáveis por 75% das emissões de gases causadores do efeito estufa¹.

Características

- Objetivos: reduzir desmatamento com metas quadrienais; evitar emissão de 4,8 bilhões de toneladas de CO₂² até 2017; aumentar número de árvores plantadas; promover desenvolvimento do país em bases sustentáveis.
- Ações integram Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima³.

Metas

- Reduzir desmatamento na Amazônia de 19 mil km²/ano (média de 1996 a 2005) para cerca de 5 mil km² em 2017, sendo 40% até 2009, 30% até 2013 e 30% até 2017.
- Elevar área de árvores plantadas de 5,5 milhões de ha para 11 milhões de ha em 2017, sendo dois milhões de ha com espécies nativas.
- Promover uso mais eficiente de recursos naturais, científicos, tecnológicos e humanos:
 - Conservação e economia paulatina de energia, com a implementação de uma Política Nacional de Eficiência Energética.
 - Aumento do consumo de carvão vegetal⁴ sustentável em substituição ao carvão mineral⁵, por meio de incentivo ao plantio de florestas em áreas degradadas.
 - Troca de um milhão de geladeiras antigas⁶ por ano, em dez anos.
 - Estímulo à utilização de sistemas de aquecimento solar de água.
 - Eliminação gradual do emprego do fogo para corte de cana-de-açúcar.
 - Redução do uso de fertilizantes nitrogenados e enriquecimento orgânico das pastagens para reduzir emissões de metano pelo gado.
 - **Incremento da reciclagem do lixo em 20% até 2015.**
- Manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica. Atualmente, Brasil conta com 45,9% contra 12,9% da média mundial:
 - Ampliar oferta de energia elétrica de co-geração⁷, principalmente de bagaço de cana-de-açúcar.
- **Aumentar em 11% ao ano participação de biocombustíveis no setor de transportes.**
- Identificar impactos ambientais e estimular pesquisas científicas voltadas para minimização dos custos sócio-econômicos de adaptação do país às novas condições climáticas.

Mais informações: www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=96&idConteudo=7929

1 Metano (originado de atividades pecuárias e agrícolas, aterros sanitários, tratamento de esgotos e queimadas), dióxido de carbono, óxido nitroso, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre.

2 Dióxido de carbono.

3 Estabelece como "objetivo final" a estabilização das concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa em níveis seguros.

4 Obtido a partir da queima ou carbonização da madeira.

5 Combustível fóssil de cor preta ou marrom extraído da terra por meio da mineração.

6 Consumo de 106 KWh por mês contra 53KWh da nova.

7 Geração simultânea de dois tipos de energia, geralmente eletricidade e calor, a partir de uma única fonte de combustível. Apresenta alta eficiência energética, pois não há desperdício de energia térmica (como ocorre nas termoelétricas puras).

2009, ANO DA FRANÇA NO BRASIL

Parceiros estratégicos, que compartilham valores democráticos, sociais e culturais, reforçam laços de amizade e cooperação

Parceria estratégica

- Brasil e França possuem importante patrimônio intelectual comum. Incremento da cooperação bilateral contribuirá para fortalecer laços de amizade.
- Anos do Brasil na França e da França no Brasil são resultado da aproximação entre países e de outras promoções conjuntas nos últimos anos.

Ano do Brasil na França

- Organizado em 2005, foi resultado de projeto de intercâmbio com impactos no turismo, nas relações culturais e no comércio bilateral.
- Atrações em todo território francês mobilizaram cerca de 15 mil pessoas.
- Evento contribuiu para crescimento de 27% no movimento de turistas franceses no Brasil e de 20% nas matrículas em cursos de português na França, de 2004 para 2005.

Ano da França no Brasil

- Será realizado entre 21abr/09 e 15nov/09 e prevê atrações em diversas cidades brasileiras, com objetivo de apresentar a França atual aos brasileiros – em termos culturais, econômicos, intelectuais, educacionais, tecnológicos e científicos.
- Abertura ocorrerá em 22 e 23dez/08, no Rio de Janeiro, com as presenças dos presidentes dos dois países.
- Realizado por meio da cooperação entre agentes governamentais, setor privado, profissionais da cultura, artistas, intelectuais, pesquisadores, sociedade civil e mídia dos dois países.
- No Brasil, a responsabilidade pelo evento cabe ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Cultura, com participação de entidades públicas e privadas.
- Na França, responsabilidade é do Ministério das Relações Exteriores e Européias, com apoio do Ministério da Cultura e da Comunicação, entre outras entidades.

Projetos de atividades aprovados

- 375 projetos chancelados nas áreas de literatura, dança, teatro, música, pintura, audiovisual, fotografia, design, moda, patrimônio, arquitetura, urbanismo, esporte, gastronomia, educação, ciências, economia e políticas públicas.

Mais informações no endereço eletrônico: http://www.cultura.gov.br/franca_br2009.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Transição governamental democrática e republicana com apoio aos novos gestores municipais é fortalecida com lançamento do Portal Federativo

Agenda de transição

- **Lançamento do Portal Federativo** (www.portalfederativo.gov.br): agrega informações de interesse dos municípios (dados e programas do Governo Federal) e temas que envolvem entes federados. Contém:
 - **Guia de final de mandato**: informações de procedimentos legais e sugestões para uma transição democrática e republicana.
 - **Cartilha para os novos gestores**: informações sobre convênios existentes, buscando evitar a perda de recursos no momento da transição.
 - **Catálogo de ofertas federais**: todos os programas voltados para os municípios, previstos no Plano Plurianual 2008-11.
 - **Revista com quatro planos prioritários**: informações do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, Agenda Social e Territórios da Cidadania.

Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas – 10 e 11 fev/09

- **Objetivo**: dar continuidade à relação republicana e ao diálogo federativo construído nos últimos anos entre Governo Federal e municípios.
- Serão apresentados os principais programas federais e ações para qualificação da gestão municipal, além de oficinas de elaboração¹.
- **Todos os novos prefeitos já foram convidados.**

Compromissos cumpridos: ciclo de desenvolvimento dos municípios

- **ITR²**: decreto prorroga prazo de adesão (jan/09); resolução da Receita Federal estabelece novas regras que facilitam opção por cobrança do tributo por municípios.
- **FPM³**: 22,5% para 23,5% do IR/IIPI. De R\$ 25,1 bi (2004) para R\$ 34,6 bi (2007).
- **ISS⁴**: passou a representar fatia mais significativa das receitas próprias municipais: de 40,3% (2004) para 45,1% (2006).
- **Simples Nacional**: incremento de R\$1,571 bi na arrecadação dos municípios (de ago/07 a jul/08).
- **Fundeb⁵**: incrementou valor por aluno no ensino fundamental: de R\$ 682,60 (2006) para R\$ 1.132,34 (2008)
- **Salário-educação**: ampliado e repassado diretamente aos municípios: de R\$ 1,6 bi (2004) para R\$ 2,3 bi (2007).
- **Transporte escolar**: aumento do repasse, de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).
- **Agenda Social**: Territórios da Cidadania (R\$ 12,9 bi em 2008, 958 municípios); Mais Cultura (R\$ 4,7 bi até 2010); PlanSeQ⁶ Bolsa Família (atenderá 185 mil beneficiários na construção civil).

1 Programação disponível no Portal Federativo.

2 Imposto Territorial Rural.

3 Fundo de Participação dos Municípios. Valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo a preços de dez/07.

4 Impostos Sobre Serviços (competência municipal).

5 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

6 Plano Setorial de Qualificação.

HABITAÇÃO E SANEAMENTO

Investimentos em habitação – especialmente para a população de baixa renda – e em saneamento são retomados e ampliados

Evolução dos recursos para habitação

- Governo federal ampliou investimentos em habitação e direcionou mais recursos para população de baixa renda.
- R\$ 94,8 bi investidos de 2003 a nov/08: R\$ 53,2 bi de recursos federais, dos quais R\$ 43,8 bi de crédito imobiliário para famílias com renda até cinco salários mínimos. 3,5 milhões de famílias beneficiadas (65,1% até cinco salários mínimos/mês).

Programas de habitação

- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS: no período 2007/08, R\$ 1,84 bi repassados para 161 mil famílias, em 1.843 municípios de todos os estados.
- Programa Papel Passado: 330 mil títulos concedidos¹.
- Programa Crédito Solidário: financiamento exclusivo a famílias organizadas em associações/cooperativas. Financiamento com juro zero e longo prazo (20 anos). Em 2008, 106 empreendimentos em 13 estados, com investimentos de R\$ 122,8 mi.

Incentivos ao setor imobiliário e à construção civil

- Redução da taxa anual de juros de 6% para 5% para famílias com renda mensal de até R\$ 2 mil (Resolução 578 do Conselho Curador do FGTS em 2dez/08)².
- Redução de juros³ para compra, reforma ou construção da casa própria de servidores ativos e inativos.
- Desoneração de 40 itens de materiais de construção.
- Financiamento imobiliário com taxas pré-fixadas (TR facultativa).
- Crédito consignado para financiamento da casa própria.
- Investimentos do BNDES em moradia para empregados de empresas de sua carteira de crédito.

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE⁴

- Em out/08, operações atingiram R\$ 2,4 bi. Financiadas 23,4 mil unidades.
- Acumulado do ano (out/08): R\$ 25,2 bi contratados e 250,5 mil unidades financiadas: +79,5% e +61,1%, respectivamente, na comparação com igual período do ano anterior.

Saneamento

- Contratados R\$ 24,1 bi, de 2003 a jun/08: recursos beneficiarão 9,7 milhões de famílias. Concluídas 5.463 obras.
- PAC Saneamento e Urbanização: R\$ 40 bilhões até 2010.

Mais informações: www.cidades.gov.br

1 Referência: jun/08.

2 5% + TR. Para quem é detentor de conta vinculada do FGTS, taxa é reduzida em mais 0,5 p.p: 4,5% + TR.

3 Taxa de juros de 8,4% a 8,9% a.a. Prazos máximos: Caixa, 30 anos; Banco do Brasil, 25 anos. Convênio entre Ministérios da Previdência Social e do Planejamento, Caixa e Banco do Brasil.

4 Fonte: Abecip – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. Dados sujeitos a alteração em função de ajustes dos agentes financeiros junto ao Banco Central.

ESPORTES

Políticas públicas e incentivos fiscais favorecem massificação do esporte e qualificam país para sediar grandes eventos internacionais

Esportes de alto rendimento

- Bolsa-A atleta (desde 2005) – auxílio financeiro a atletas sem patrocínio: em três anos, 7.256 atletas¹. Orçamento 2008: R\$ 21,1 mi. 2009: R\$ 42 mi.
 - Olimpíadas: sete bolsistas medalhistas; Paraolimpíadas: 12.

Lei de Incentivo ao Esporte – 11.438/06

- Benefícios fiscais a pessoas físicas e jurídicas em contrapartida a patrocínio de projetos esportivos: aprovados, desde a regulamentação da lei, R\$ 172 mi para 122 projetos desportivos e paradesportivos, de um total de 1.021 protocolados.

Brasil – sede de grandes eventos esportivos

- Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: pela primeira vez cidade brasileira passa à segunda fase. Definição: 2out/09. Congresso Nacional aprovou crédito de R\$ 85 mi para ações pela candidatura.
 - Comitê de Gestão das Ações Federais: 27 órgãos da administração federal.
- Copa do Mundo 2014: assinado acordo de cooperação com Abdib² e CBF³ para mapear investimentos necessários em 18 cidades e respaldar decisão final da Fifa.

Infra-estrutura esportiva

- Construção, modernização de quadras, ginásios e espaços esportivos; aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades.
 - “Praça da Juventude”: complexos esportivos⁴ em regiões de vulnerabilidade social. Uma em construção (SE) e quatro em licitação (RS, PE, RJ e PA).
 - R\$ 1,5 bi investidos em 7.636 obras de infra-estrutura esportiva (2003-2008).

Inclusão social por meio do esporte

- Segundo Tempo (desde 2003): democratiza prática esportiva. Atividades no contraturno escolar. Público: crianças, adolescentes e jovens expostos a risco social. Até out/08, beneficiados 3,2 milhões de jovens em 2.115 municípios.
- Pintando a Liberdade (desde 1999): ressocialização de 12,7 mil detentos (desde 2003), em 73 unidades, com a confecção de 1,76 milhão de materiais esportivos.
- Pintando a Cidadania (desde 2004): inclusão social e ingresso no mercado de trabalho de 1.873 pessoas. 3,49 milhões de itens produzidos em 23 unidades.
- Esporte e Lazer na Cidade (desde 2003): gestão compartilhada e ações educativas. Em 2008, 157 processos aprovados e 3,5 milhões de pessoas beneficiadas.
- Lançado o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (25ago/08).

Timemania

- Loteria criada para que clubes de futebol paguem dívidas com União. Previsão: R\$ 370 mi (R\$ 10 mi/sorteio); arrecadação efetiva (até nov/08, 37º sorteio): R\$ 102 mi.
 - Previsão de repasse aos clubes: R\$ 81,4 mi; repasse efetivo: R\$ 22,4 mi (27,6%).

Mais informações: portal.esporte.gov.br

1 Em 2005, 925 atletas; em 2006, 846; em 2007, 2.172 e em 2008, 3.313.

2 Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base.

3 Confederação Brasileira de Futebol.

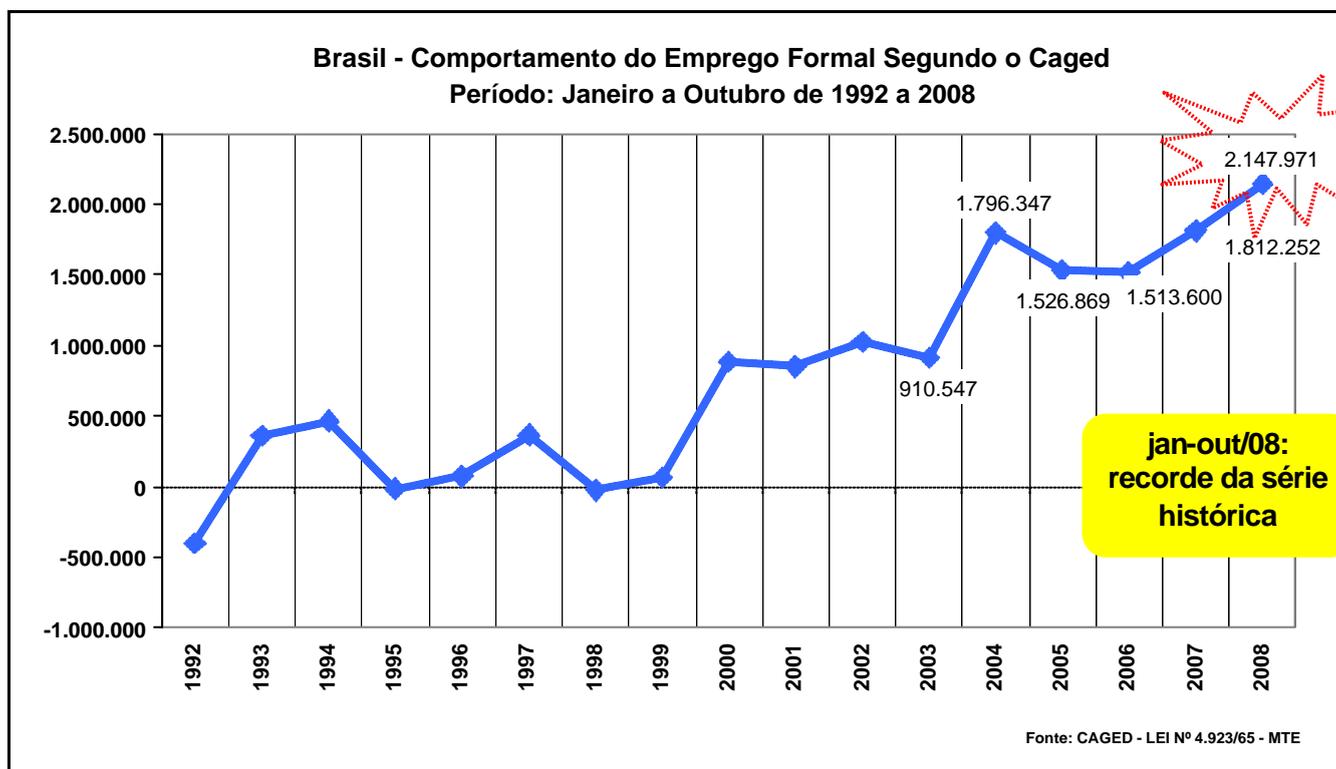
4 Quadras poliesportivas e de futebol, pistas de corrida e skate, área de ginástica, centro de convivência e da terceira idade.

EMPREGO

Mesmo com recente redução do ritmo de crescimento do emprego formal, indicadores acumulados no ano e nos últimos 12 meses são recordes

Recordes sucessivos na geração de empregos formais

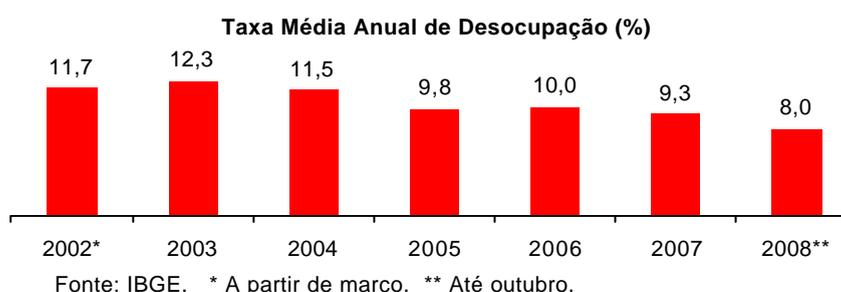
- **Out/08: criados 61.401 postos de trabalho com carteira assinada.**
- **Acumulado do ano (jan-out/08): 2.147.917 novos postos.** 19% acima do recorde anterior, verificado em 2007 (1.812.252).
- **Acumulado em 12 meses (nov/07-out/08): 1.953.111 empregos formais gerados: 28% acima do recorde anterior observado em 2007 (1.527.338).**
- **Criação de empregos formais em 2007 segundo a RAIS¹: 2.452.181. Recorde.**
- **Diminuição no ritmo de crescimento em out/08 (61.401 postos) em relação a set/08 (282.841) e out/07 (205.260).** É um dos efeitos do impacto da crise financeira internacional sobre a economia brasileira.



- **De jan/03 a out/08: criadas 13.974.971 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)², sendo 11.071.488 novos postos formais³.**

Recorde também na redução do desemprego

- **Taxa média anual de desocupação em 2008 nas seis regiões metropolitanas pesquisadas⁴: 8%. A menor desde o início da série em 2002.**



1 Relação Anual de Informações Sociais. www.mte.gov.br

2 Estimativa a partir de dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2003-2007) e do Caged (2008).

3 Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008).

4 Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: IBGE.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ampliado o atendimento à população que vive longe dos centros urbanos; arrecadação continua a crescer e déficit anual diminui

Realizações e avanços para cidadãos

- **Atendimento: convênio entre INSS e Marinha ampliará atendimento à população ribeirinha da região amazônica.** Quatro navios, que sairão de Manaus e Belém, levarão atendimento a pequenos povoados nas margens dos principais rios navegáveis da região¹. Início: 1ºsem/09. Expectativa: atender 200 mil pessoas/ano.
- Atendimento: inauguradas duas Agências da Previdência Social – APS² na PB: em Pombal e em Teixeira. Juntas, atendem a uma média de 2.600 segurados/mês.
- Habitação: juros mais baixos³ para compra, reforma ou construção da casa própria beneficiarão 1,3 milhão de servidores ativos e inativos, fruto de convênio entre os Ministérios da Previdência Social e do Planejamento, Caixa e Banco do Brasil.
- 24ª Assembléia Geral da Conferência Interamericana de Seguridade Social – CISS, realizada em Salvador (BA)⁴.

Balanço de out/08

- Necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS mantém tendência de queda: de jan a out/08, déficit de R\$ 34,5 bi (redução de 17,6% em relação ao mesmo período do ano anterior).
- **Arrecadação líquida mensal: R\$ 13,5 bi⁵. Segundo maior resultado da série histórica.** Crescimento de 7,3% sobre out/07.
- Acumulado 2008 (jan-out): arrecadação de R\$ 129,6 bi (+9,4% em relação a mesmo período de 2007) e despesa de R\$ 164 bi (+2,4%).
- Estimativas para 2008: necessidade de financiamento abaixo de R\$ 38 bi (estimativa inicial incluída no orçamento: R\$ 44 bi).

Balanço 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)⁶.
- Receitas cresceram em ritmo maior que despesas: arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Ampliação do trabalho formal, melhor gestão de benefícios (auxílio-doença/censo previdenciário) e intensificação do combate às fraudes favoreceram o resultado.
- Foram 40 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada e registro de contribuição, contra 37,4 milhões de contribuintes em 2006⁷ (2,7 milhões ou 7,1% a mais do que em 2006).

Mais informações: www.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_10.asp

1 Rota abrange rios Solimões, Negro, Tocantins, Xingu; afluentes Juruá, Japurá, Branco, Purus, Madeira; e Ilha do Marajó.

2 Agora, as agências funcionam em prédios próprios do INSS, com dispositivos de segurança para proteger servidores e segurados, e possuem acessibilidade para pessoas com deficiência e sinalização interna para orientar o cidadão.

3 Taxa de juros de 8,4% a 8,9% a.a. Prazos máximos: Caixa, 30 anos; Banco do Brasil, 25 anos.

4 Representantes de 37 países aprovaram, entre outras, recomendações para o aumento da cobertura previdenciária, a ampliação dos acordos internacionais de previdência e o cumprimento da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente.

5 Arrecadação de out/08: R\$ 13,475 bi; pouco menor que o melhor resultado da série: R\$ 13,497 bi (set/08).

6 Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

7 Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2007.

PORTOS

Modernização geral: para aumentar competitividade da cabotagem e do transporte de longo curso e valorizar produtos brasileiros

Panorama do setor portuário

- Desde a privatização da operação portuária (Lei 8.630/93), constatou-se a falta de investimentos e a degradação de instalações.
- A partir de 2007, Governo Federal viabiliza investimentos e promove modernização da gestão e da infra-estrutura.

Institucionalização

- Secretaria Especial de Portos (SEP) instituiu (mai/07) modelo de gestão com metas, resultados e desempenho, para reduzir custos dos serviços portuários e valorizar produtos brasileiros.
- Companhias Docas, responsáveis pela administração de portos, são retiradas do Programa Nacional de Desestatização (Decreto 6.413, 25mar/08).
- Recursos para 2008: R\$ 925,5 mi.
- Decreto 6.620, de 29out/08: define políticas de fomento; disciplina concessão, arrendamento e autorização de instalações portuárias marítimas.

Programa Nacional de Dragagem

- Objetivo: acesso de navios de porte aos terminais e aumento da competitividade e capacidade de movimentação de cargas. Recursos: R\$ 1,4 bi até 2010.
- Fatores para dragagem: assoreamento; aumento da economia de escala; aumento do porte e dimensão dos navios; segurança da navegação.
- Em 16 portos, estima-se dragar 74,8 milhões de m³, derrocar¹ 1,4 milhão de m³ e aprofundar de 3 a 5 metros: Rio Grande (RS); Itaguaí (RJ); Recife (PE); Santos (SP); Fortaleza (CE); Suape (PE); Aratu (BA); Rio de Janeiro (RJ); São Francisco do Sul (SC); Itajaí (SC); Natal (RN); Cabedelo (PB); Salvador (BA); Paranaguá (PR); Imbituba (SC) e Vitória (ES)².
- Projetos básicos dos 16 portos em fase de análise.
- Editais publicados: Porto de Recife (PE) em 29set/08; Porto de Rio Grande (RS) em 07nov/08 e Porto de Santos (SP) em 14nov/08.
- Licenças prévias obtidas: Recife (PE), Rio Grande (RS), Santos (SP), Fortaleza (CE), Itaguaí (RJ), Aratu (BA), Paranaguá (PR), Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ).

Plano Nacional Estratégico – PNE

- Objetivo: expansão de 29 portos marítimos em curto, médio e longo prazos.
- Metas: traçar perfis, apontar vocações, indicar ações e apontar áreas para instalação de novos complexos portuários.
- Edital de 10jul/08 em fase de análise das propostas; conclusão em dez/08.

Porto de Itajaí – recuperação em função da enchente de nov/08

- Medida Provisória de 26nov/08, aportou R\$ 350 mi para recuperação de instalações e obras de contenção no Rio Itajaí-Açu.

Mais informações: www.portosdobrasil.gov.br

1 Derrocar: remover rochas no leito dos rios para desobstrução

2 Volume de dragagem equivale a cerca de 31 mil piscinas olímpicas (piscina de 50m x 25 x 2m. Volume: 2.500 m3).

EXPORTAÇÕES

Vendas externas crescem; país amplia e diversifica relações comerciais ao mesmo tempo que mantém parcerias tradicionais

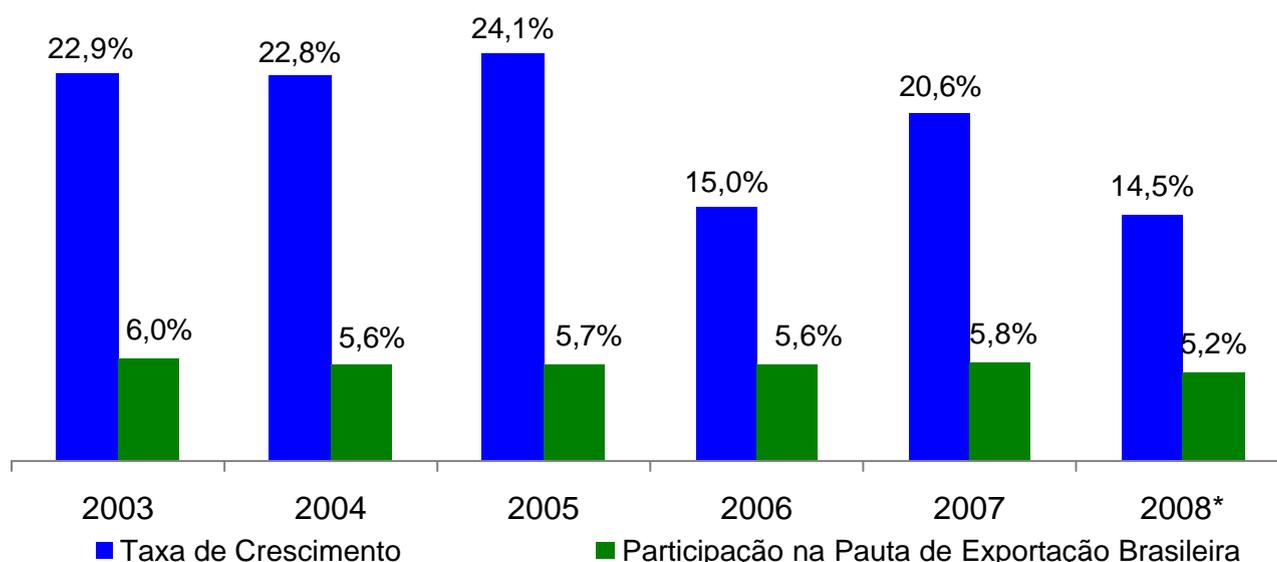
Exportações brasileiras – nov/08

- **Recordes para meses de novembro, acumulado do ano e acumulado em 12 meses:**
 - US\$ 14,7 bi no mês, +5% em relação a nov/07.
 - Jan-nov/08: US\$ 184,1 bi, +25% em relação a mesmo período de 2007.
 - Nov/07-out/08: US\$ 198,4 bi, +25% em relação a mesmo período de 2007. **73 meses de recordes sucessivos (desde out/02).**
- **Destinos com maiores aumentos: Ásia (+51% no acumulado do ano; +55% só para China); Europa Oriental (+36%) e Mercosul (+29%).**
- Parceiros tradicionais – EUA e União Européia: +17% e +11%, respectivamente.
- Saldo comercial continua em queda devido ao crescimento maior das importações: -20% em relação a nov/07 e -37% nos últimos 12 meses em relação a mesmo período do ano anterior.

Exportações de produtos químicos

- **Entre 2003-2007, exportações do setor cresceram à taxa de 20% ao ano e representaram cerca de 6% da pauta exportadora do país.**
- Exportações de silício e benzeno cresceram, em média, +21% ao ano naquele período.
- Principais destinos: EUA (participação de 18% do total das vendas em 2003 e para 14% em 2007), Argentina (de 20% para 22%), México (de 22% para 11%) e Chile (6% nos dois anos).

Taxa de Crescimento das Exportações brasileiras de Produtos Químicos e Participação do Setor sobre a Pauta Exportadora – 2003 a 2007



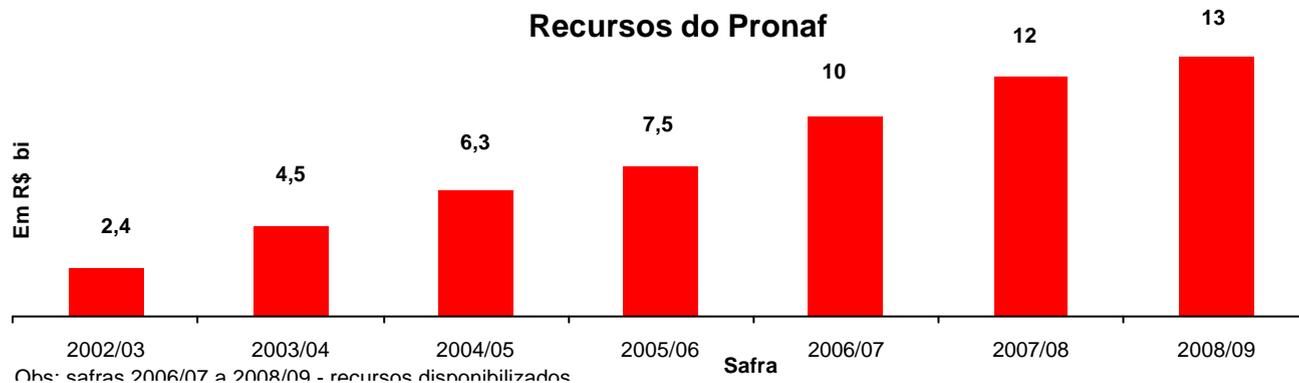
Mais informações: www.apexbrasil.com.br/ ; www.desenvolvimento.gov.br

MUDANÇA NO CAMPO

Agricultura familiar e assentados da reforma agrária têm mais crédito, assistência e garantia para produzir

Agricultura familiar

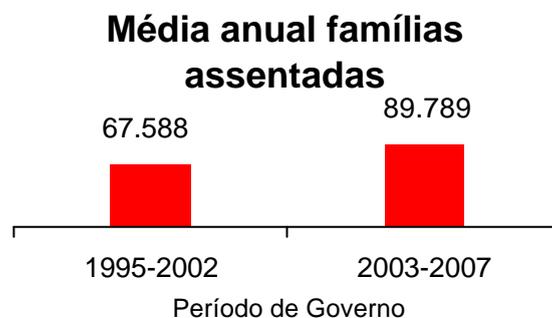
- Recursos cresceram mais de cinco vezes desde safra 2002/03: de R\$ 2,4 bi para **R\$ 13 bi¹** em 2008/09.
- Repactuação das dívidas de produtores (Lei 11.775/08): medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária.



- Assistência técnica: de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores familiares em 2007.
- Criado o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e ampliado o Garantia-Safra no semi-árido.
- Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,6 bi entre 2003-07 e implantação da linha Pronaf Comercialização.

Reforma Agrária

- De 2003 a 2007: criados 2,8 mil projetos de assentamento; incorporados cerca de 39 milhões de hectares e **assentadas quase 450 mil famílias**.
- Acesso a várias modalidades de crédito de até R\$ 23,3 mil por família.
- Assistência técnica chegou a mais de 555 mil famílias assentadas².
- Habitação: de 2003 a 2007, construídas 216 mil casas. Meta 2008: construção de 60 mil casas e reforma de 40 mil.
- Educação: orçamento do Pronera³ passou de R\$ 9 mi (2003) para R\$ 38 mi (2007). Resultado: 286 mil assentados alfabetizados, escolarizados e graduados.
 - Em 2008, 24.730 assentados estudam: 19.320 em projetos de alfabetização e ensino fundamental; 3.354 no nível médio profissionalizante; e 2.056 no ensino superior, em cursos diversos: Pedagogia, Geografia, História, Direito, Agronomia, entre outros.



Fonte: MDA.

Mais informações: www.mda.gov.br e www.incra.gov.br

1 Recursos disponibilizados.

2 Inclui ações de consolidação de assentamentos do "PAC Incra" (Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária), Projeto Dom Helder Câmara e Pronaf "A".

3 Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Projeções apontam pequena redução de produção para a safra 2009; nos próximos 10 anos, entretanto, estimativa é de aumento de cerca de 30%

Estimativas de safras¹

- Safra 2009 (IBGE)²: 140,2 milhões de ton de grãos (-3,8% em relação a 2008). Área de colheita: 47,6 milhões de hectares (+0,9% em relação a 2008).
- Safra 2008 (IBGE)³: 145,7 milhões de ton de grãos (+9,4% em relação a 2007). Área de colheita: 47,2 milhões de hectares (+4,1% frente a 2007).
- Safra 2008/2009 (Conab)⁴: 140,3 milhões de ton de grãos (-2,5% em relação à safra 2007/2008). Área plantada: 47,5 milhões de hectares (+0,2% em relação ao ciclo anterior).

Crédito rural

- Volume triplicou: de R\$ 25 bi em 2002-03 para R\$ 78 bi em 2008-09. Destes, R\$ 65 bi destinados ao Plano Agrícola e Pecuário – PAP (agricultura empresarial), que contempla, entre outras medidas, custeio, investimento, seguro rural e política de preços mínimos – especialmente de alimentos, como arroz, feijão, milho e trigo.
- Reestruturação das dívidas de R\$ 75 bi já é Lei (11.775/08). Total estimado: R\$ 87,5 bi. Medida tem potencial de atender 2,8 milhões de contratos.
- **Medidas para agricultura enfrentar crise financeira internacional: ver pág. 49.**

Exportações

- 2007: US\$ 58,4 bi; saldo de US\$ 49,7 bi⁵. Recorde histórico.
 - Carne bovina: US\$ 11,3 bi em 2007, 30,7% superior a 2006 (*in natura* foram US\$ 3,5 bi em 2007, 11,2% superior a 2006).
- 2008: estimativa de US\$ 74 bi e saldo de US\$ 62 bi (+25% ante 2007).
- **Carne de frango *in natura*: Brasil restabelece exportação para a China⁶.**

Projeções do Agronegócio do Brasil de 2008-09 a 2018-19⁷

- **Produtividade: marcará crescimento da produção agrícola na próxima década, com mais incremento da produção do que expansão de área.**
- Produção: estimativa de aumento de 29% dos principais grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão) nos próximos dez anos, passando de 139,7 milhões para 180 milhões de ton (+40 milhões). Da mesma forma, carnes (bovina, suína e aves) deverão crescer 51%, de 24,6 milhões para 37,2 milhões de ton (+12,6 milhões).
- Área plantada deverá crescer 15,5 milhões de hectares (+22,6%).
- Exportações: soja deve passar de 36% para 40% de participação no comércio mundial; óleo de soja: de 63% para 73,5%; milho: de 13% para 21,4%; açúcar: de 58,4% para 74,3%; carne bovina: de 31% para 60,6% e aves, de 44,6% para 89,7%.

Mais informações: <http://www.agricultura.gov.br>

1 IBGE e Conab utilizam metodologias diferentes para estimar a safra agrícola. IBGE utiliza “ano civil” (de jan-dez de um mesmo ano), enquanto Conab utiliza “ano agrícola”, período entre semeadura e colheita, não necessariamente coincidente com o período de 12 meses entre jan-dez.

2 2º prognóstico divulgado em 8dez/08.

3 11ª estimativa da safra nacional de grãos para 2008.

4 3º levantamento divulgado em 8dez/08.

5 Desempenho decorreu do crescimento da economia mundial e aumento de preços de importantes *commodities* exportadas.

6 De início, 24 abatedouros de 8 estados farão negócios com os chineses: RS, SC, PR, SP, MT, MS, GO e MG. Negociações entre os dois países continuam para discutir a venda de suínos.

7 Fonte: Pesquisa da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

COMBUSTÍVEIS

País prepara-se para explorar reservas de gás e petróleo recém-descobertas no pré-sal, com investimentos em produção e processamento dos produtos

Petróleo – resultados 2008

- Início de obras da P-56 no estaleiro BrasFels – Angra, RJ, em fev/08, e de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, em mar/08.
- Conclusão das obras no campo de Espadarte – Módulo 2, em mar/08.
- Entrada em operação da Petroquímica Paulínia, em abr/08.
- Conclusão da Unidade de Coque da Reduc (Reduc Conversão), em jun/08.
- Conclusão das obras do HBio¹: refinarias Regap, Repar, Refap e Replan, em jul/08.
- Pré-Sal:
 - Iniciada produção (P-34) no pré-sal no campo de Jubarte, ES, em set/08.
 - Descoberto grande volume de óleo leve no Parque das Baleias, ES (nov/08).
- **Entrada em operação da plataforma P-53, em dez/08.**
- Perspectiva 2008: entrada em operação da plataforma P-51 até 4ºtri/08².

Gás – resultados 2008

- Descoberta: Júpiter, jazida de gás natural e condensado (Bacia de Santos), em jan/08.
- Conclusão das obras no campo de Manati, BA³, em jan/08.
- Início da produção do campo de Peroá II, ES, em fev/08.
- Entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas (RJ)-Vitória (ES), com 303 km de extensão, em fev/08; Campinas (SP)-Rio (trecho Taubaté-Japeri), com 247 km, em jul/08; Catu-Carmópolis (trecho Catu-Itaporanga), com 197 km, em out/08.
- Início das obras dos gasodutos Cacimbas (ES)-Catu (BA), com 954 km, em mai/08; Japeri-Reduc (RJ), com 45 km, em jun/08; Caraguatatuba (SP)-Taubaté (SP), com 96 km, e Gasduc III, RJ, com 183 km, em jul/08; Paulínia (SP)-Jacutinga (MG), com 93 km, em out/08. Início das obras de dois gasodutos⁴ previsto para 4º trim/08.
- Concluída a terraplanagem da 1ª faixa da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba – UTGCA, em jul/08.
- **Terminal de regaseificação de gás natural liquefeito – GNL, em Pecém (CE): concluída a montagem, em nov/08. Início da operação prevista para dez/08⁵**

Petróleo e gás

- Aprovada a contratação do afretamento de 12 unidades de perfuração para entrega até 2012 (utilização em águas ultraprofundas), em mai/08.
- Perfurados 121 poços exploratórios: 85 em terra e 36 no mar (ago/08).
- Lançamento da licitação de dez sondas para o pré-sal, em set/08.

Biocombustíveis – ver pág. 12

Mais informações: www.mme.gov.br/ e www.anp.gov.br/

1 HBio ou “diesel verde” é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

2 P-51: a ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo 1. Saiu do estaleiro em dez/08.

3 Em operação desde 2007.

4 Gasodutos: Pilar-Ipojuca (187 km) e Gasbel II (267 km).

5 Inaugurado em 20ago/08. Está em fase de testes (pré-operação).

ENERGIA ELÉTRICA

Leilões de geração e transmissão garantem fornecimento ao país pelos próximos anos

Expansão do setor elétrico em 2008: geração

- Leilões garantem abastecimento pelos próximos cinco anos, eliminando risco de déficit: 1.076 MW médios serão incorporados ao Sistema Interligado Nacional – SIN – a partir de 2011; e 3.125 MW médios a partir de 2013.
- Energia de Reserva: 1º leilão de energia de biomassa, em especial bagaço de cana (ago/08). Contratados 548 MW médios. Disponível entre 2009 e 2010.
- Energia nuclear: retomada construção da 3ª central de geração em Angra dos Reis (RJ). Angra 3 terá 1.350 MW de capacidade e iniciará operação em 2014.

Expansão do setor elétrico em 2008: transmissão

- Leilão (jun/08) promoveu a concessão de 19 linhas de transmissão (LT), 3.081 km e 19 subestações. LT Tucuruí–Manaus–Macapá terá 1.826 km de extensão, em empreendimento a ser construído na floresta Amazônica.
- Leilão (out/08) licitou sete subestações e duas LT com 275 km totais.
- Leilões (nov/08) licitaram 3.480 km de LT, incluindo 2.450 km da interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara; 930 km de expansão da Rede Básica de MT e 1.818 km do sistema pré-Madeira.

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

- Geração: previstos 12.540,6 MW de 1dez/08 até 31dez/10.
 - 995,6 MW viabilizados desde 2007. R\$ 57,2 bi investidos¹.
- Transmissão: previstos 6.453 km de linhas de transmissão (LT) até 2010.
 - 3.102 km de LT entraram em operação até nov/08. R\$ 2 bi investidos.
- Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (RO):
 - Usina de Santo Antônio – leilão realizado em dez/07. Capacidade instalada: 3.150 MW de energia. Início da construção: 15set/08. Previsão conclusão: mai/12. Investimentos: R\$ 12,2 bi.
 - Usina de Jirau – leilão realizado em mai/08. Capacidade instalada: 3.300 MW. Previsão conclusão: 2012. Investimentos: R\$ 8,7 bi.

Estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos

- Dez estudos de inventário de bacias hidrográficas das regiões N e CO em andamento: oito executados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e dois pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. Potência instalada total estimada de novos projetos hidrelétricos: 29.700 MW.
- Cinco estudos de viabilidade técnico-econômica de aproveitamentos hidrelétricos localizados no rio Teles Pires, em MT. Acréscimo previsto de potência instalada: 3.644 MW. Previsão de conclusão: 2009.

Luz para Todos

- **8,9 milhões de pessoas beneficiadas (out/08)**. As obras de execução somam R\$ 13,2 bi, dos quais R\$ 9,5 bi são repassados pelo Governo Federal (71,5% do total).

¹ Incluídos os empreendimentos ainda não concluídos.

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

4 – BIBLIOTECA: ESTUDOS, ARTIGOS, PESQUISAS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
Exploração Sexual - Artigo	68
Dia da Consciência Negra - Artigo	70
Pessoas com Deficiência - Conferência	71
Conferência de Biocombustíveis	72
G-20 Financeiro	73
PNAD 2007	74
Ambiente de Negócios	75
Conselhos e Conferências Nacionais	78

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Países assinam pacto de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes durante 3º Congresso Mundial, realizado no Rio de Janeiro

Artigo, por Carmen Silveira de Oliveira¹

Às vésperas do aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil deu importantes passos rumo à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Com a coordenação do governo brasileiro, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Rio de Janeiro sediou o 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual, na última semana de novembro. Foi o maior fórum internacional já constituído, com 3.400 participantes, incluindo delegações de governo de 160 países e 55 autoridades de alto nível. Além da Primeira-Dama do Brasil, dona Marisa Letícia, Presidente de Honra do evento, estiveram presentes outras seis primeiras-damas de Estado, como a rainha Silvia, da Suécia.

Esta terceira edição trouxe várias novidades. Pela primeira vez, 400 adolescentes e jovens dos cinco continentes participaram como delegados. As sessões de Diálogos, antes dirigida a autoridades governamentais, foram ampliadas para incluir segmentos estratégicos, como empresários, parlamentares, profissionais da mídia, grupos religiosos, universidades, entre outros. Além disso, houve uma mobilização prévia, com a realização de consultas nacionais e regionais e, simultaneamente ao Congresso Mundial, aconteceu o Congresso Brasileiro, para assegurar maior número de participantes.

O III Congresso teve como objetivo central a análise dos novos cenários e dos recentes riscos para a exploração sexual de crianças e adolescentes: migrações, tráfico de pessoas e turismo em tempos de globalização, além das novas tecnologias, como a pornografia infanto-juvenil na internet.

As discussões em painéis, sessões de Diálogos e a apresentação de 227 experiências de todo o mundo possibilitaram avançar na construção de uma estratégia global frente às novas demandas. Primeiro, pelo reconhecimento da existência desse problema em todos os países, sem exceção. Segundo, pela compreensão do problema como um fenômeno social e não interpessoal, doméstico ou associado à pobreza. Em terceiro lugar, destaca-se o avanço de considerar a natureza transnacional desses crimes sexuais na contemporaneidade, exigindo novas estratégias, como a revisão do marco legal e ações de cooperação internacional, a exemplo das polícias e entre programas de atendimento às vítimas.

A experiência brasileira teve reconhecimento internacional no III Congresso, tanto por construir as políticas públicas com base na intersectorialidade (mais de 40 ações em 12 ministérios estão voltadas para o enfrentamento da exploração sexual), quanto por buscar a responsabilidade social das empresas, tais como a rede hoteleira, companhias de transportes e centrais de abastecimento.

O governo brasileiro apresentou, ainda, novas e fundamentais ferramentas de combate à exploração sexual de nossos meninos e nossas meninas. Na abertura do evento, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, o Projeto de Lei 3773/2008. Se até então a investigação e responsabilização de pedófilos era

¹ Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

dificultada pela necessidade de se obterem provas de que os materiais apreendidos foram produzidos, vendidos ou distribuídos pelos suspeitos, agora o trabalho da polícia tornou-se menos complicado, pois a posse e armazenamento de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes é considerada crime de pedofilia, passível de condenação de quatro a oito anos de prisão.

Também foi assinado termo de cooperação entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Polícia Federal e a ONG Safernet, com apoio da Petrobras, para a criação de um *hotsite*² federal específico para receber denúncias de pedofilia na internet. Esse instrumento complementa o serviço do Disque 100, que desde 2003 é operado pelo Governo Federal para recebimento de denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Cabe destacar que o III Congresso apontou a necessidade de que as ações de enfrentamento pautem, com maior foco, algumas questões seculares: a violência de gênero, o racismo e a visão colonizadora relacionados à exploração sexual, ainda presentes no imaginário social. Desta forma, um novo foco deverá ser dado às políticas públicas no Brasil, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, ou seja, sem negar a sexualidade na infância e adolescência, mas intervindo em processos de educação sexual que se contraponham a formas perversas de erotização precoce ou exacerbada de crianças e adolescentes.

Mas um problema de facetas tão cruéis quanto diversas não pode contar apenas com iniciativas governamentais para ser erradicado. Por isso, a “Declaração e Plano de Ação do Rio”, documento aprovado no 3º Congresso Mundial, estabelece as diretrizes a serem seguidas pelos países para o enfrentamento do problema. Agora, para que o “Pacto do Rio” seja cumprido, é fundamental que a iniciativa privada e os organismos internacionais também incorporem essa responsabilidade, principalmente no que diz respeito ao aporte de recursos nos países mais pobres. A missão de erradicar o problema é das mais difíceis. Tampouco é de um só. O desafio é de todos.

Sítio do congresso: www.iiicongressomundial.net/

² Página na internet.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Zumbi e João Cândido são exemplos de que é possível fazer um país livre do racismo e da discriminação racial

Artigo, por MV Bill¹

O Dia da Consciência Negra é uma data para a reflexão de todos nós brasileiros. Escravizados, arrancados da África e trazidos para o Brasil, os negros resistiram com muitas revoltas e a formação de quilombos em várias partes do país. O principal líder entre os negros daquela época foi Zumbi, à frente do Quilombo dos Palmares. Morto em 20 de novembro de 1695, seu corpo foi exibido em praça pública para amedrontar os escravos. Mas o efeito foi o contrário: levou os negros a seguir o exemplo de Zumbi e lutar contra a escravidão.

Veio a Abolição, mas os negros continuaram excluídos, sem acesso à educação, à terra e ao trabalho. Livres da senzala, mas presos na miséria e na violência das favelas. Desde então, e cada vez mais, o jovem negro é a maior vítima e, também, o maior agente da violência urbana. Uma consequência, principalmente, da falta de oportunidades proporcionadas por um Estado que só se fazia presente pela repressão policial e em um contexto social em que o jovem negro, muitas vezes, só era visível com uma arma na mão.

O reconhecimento às lutas históricas do movimento negro levou o presidente Lula a criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir - e estabelecer a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2003. Dessa forma, o cenário sombrio projetado para a população negra começou a mudar. Desde então, foram criadas várias ações afirmativas para melhorar as condições de vida dos negros e elevar a sua auto-estima. Dessas, as mais importantes são as que criam oportunidades para a juventude negra na escola brasileira. A educação é a melhor forma para transformar a realidade desses jovens, principalmente daqueles que moram nas periferias das grandes cidades.

No entanto, a escola tem a cultura européia como única referência para explicar a formação de nossa nacionalidade, fazendo com que os alunos negros não se sintam identificados pela educação que recebem. **É preciso incorporar o papel do negro na História do Brasil, e fazer com que haja mais respeito à diversidade.** Por isso, foi um grande avanço a aprovação da lei que cria o ensino de História e Cultura da África e das populações negras brasileiras nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. Assim como as cotas e o ProUni que, neste ano, abriram as portas das universidades para mais alunos negros do que durante toda a última década.

Fico feliz com as medidas de proteção para acabar com a intolerância que atinge as religiões de matrizes africanas, como a Umbanda e o Candomblé. E, pela primeira vez, um governo olha com atenção a situação das comunidades quilombolas.

Este ano, o 20 de novembro teve um toque especial, com a comemoração da **anistia do marinheiro João Cândido** – o almirante negro, líder da Revolta da Chibata, de 1910. Mais um negro, que como Zumbi, não se curvou ao açoite. Ele livrou seus companheiros dos humilhantes castigos que recebiam 22 anos após o fim da escravidão e, enfim, pôde ter sua estátua cravada "nas pedras pisadas do cais", na Praça XV, no Rio de Janeiro. Zumbi e Cândido são exemplos de que é possível fazer um país livre do racismo e da discriminação racial, em que a qualidade de vida e as oportunidades sejam iguais para todos os brasileiros.

¹ Rapper e Coordenador Geral da Central Única das Favelas (CUFA).

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“Inclusão, Participação e Desenvolvimento: um Novo Jeito de Avançar”

2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- Realizada em Brasília, entre 1º e 4dez/08, com 800 delegados dos 26 estados mais Distrito Federal e cerca de 1.800 participantes.
- Define estratégia para ampliar direitos individuais e coletivos e fazer avançar a luta pela “igualdade na diferença”.
- Participação de 108 pessoas que usam cadeira de rodas. Aumento de 80% em relação à primeira Conferência (2006).
- Tema: “Inclusão, Participação e Desenvolvimento: um Novo Jeito de Avançar”¹.
- Objetivos: analisar avanços e discutir estratégias para implementação de uma política que respeite a igualdade nas diferenças.
- Discussões concentradas em três eixos temáticos: saúde e reabilitação profissional; educação e trabalho; acessibilidade.
- Ao todo, foram aprovadas 50 propostas e votadas 52 moções².

Principais propostas aprovadas

- Adoção de duas novas nomenclaturas³:
 - **Pessoa com deficiência** em vez de pessoa portadora de deficiência.
 - **Deficiência intelectual** no lugar de deficiência mental.
- Criação de **sistema de informação para acompanhamento da empregabilidade** das pessoas com deficiência.
- **Regulamentação da profissão de intérprete-tradutor de libras**⁴.
- Efetivação da acessibilidade⁵ na comunicação, com janelas de intérpretes e áudio-descrição na TV, e legendas para os filmes nacionais nas salas de cinema.
- Expansão da educação inclusiva e dos direitos das pessoas com deficiência.
- Ampliação das campanhas educativas de divulgação dos direitos das pessoas com deficiência.
- Contratação, pelos órgãos governamentais, apenas de empresas que cumpram a Lei de Cotas⁶.
- Apoio ao PL 3.960/08, que cria Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência na Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Mais informações: www.l2.com.br/hotsite/conade/Conteudo.aspx?id=2#Conteudo

1 O tema da I Conferência, realizada em mai/06, em Brasília, foi “Acessibilidade – você também tem compromisso”.

2 Documento final em elaboração.

3 Adotadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU.

4 Língua Brasileira de Sinais.

5 Aprovação em bloco, por aclamação.

6 Lei 8.213, de 24jul/91, determina reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho em empresas com 100 ou mais empregados.

CONFERÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Elevada participação indica que o papel dos biocombustíveis frente aos desafios mundiais ganhou destaque na agenda global

Conferência Internacional sobre Biocombustíveis

- Realizada em São Paulo, de 17 a 21 nov/08, abordou desafios e oportunidades apresentadas pelos biocombustíveis.
- Participação: nove ministros de Estado brasileiros, 93 delegações governamentais estrangeiras, representantes de 23 organismos internacionais e 38 especialistas brasileiros e estrangeiros.
- Dividida em: “Sessões Plenárias”, abertas ao público; e “Intergovernamental de Alto Nível”, restrita às delegações governamentais e organismos internacionais. Foi encerrada pelo Presidente da República do Brasil.

Principais conclusões da Conferência¹

- Mudança do clima exigirá esforços concentrados de todos os países, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- O estabelecimento de um mercado internacional de biocombustíveis pode contribuir positivamente para o enfrentamento de desafios globais, como o desenvolvimento sustentável, a segurança energética e a mudança do clima.
- A criação de tal mercado exige o desmantelamento das barreiras comerciais existentes, com cautela na elaboração de esquemas de certificação, de forma a não se transformarem em novas barreiras comerciais.
- Critérios de sustentabilidade adotados para certificação devem ser inclusivos, transparentes, científicos e aceitos multilateralmente.
- Os biocombustíveis devem ser classificados como bens ambientais² no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC.
- Além de alternativa energética, os biocombustíveis podem ser associados à geração de renda, à criação de empregos, ao desenvolvimento rural, à redução das emissões de gases do efeito estufa e à ampliação do acesso à energia.
- Pesquisas e estudos recentes indicam que não há contradição entre segurança alimentar e produção de biocombustíveis, tampouco relação direta entre estes e a alta dos preços das *commodities* agrícolas ocorrida ao longo dos últimos anos.
- Grande parte do potencial para expansão da produção de biocombustíveis no mundo encontra-se em países em desenvolvimento, em regiões de clima tropical. São necessários desenvolvimento e difusão de tecnologias adaptadas a estas realidades locais, bem como a capacitação de cientistas e técnicos.
- Os biocombustíveis não podem ser força indutora do desmatamento ou da degradação de solos.
- A cooperação internacional nos formatos Sul-Sul e trilateral é essencial para o incentivo à produção sustentável de biocombustíveis em países em desenvolvimento, especialmente na África e na América Latina.

Mais informações: www.biofuels2008.com

¹ Conclusões da presidência da Conferência, sistematizadas pelo Itamaraty.

² Declaração de Doha determina redução ou eliminação de tarifas e barreiras não-tarifárias para bens/serviços ambientais. Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC promove debates para definição dos produtos a serem cobertos.

G-20 FINANCEIRO

Cúpula aponta rumos e metas para enfrentar a crise financeira internacional e amplia participação dos países em desenvolvimento

Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial

- Realizada em 15nov/08, em Washington (EUA)¹, constituiu ponto de inflexão no processo de administração da atual crise econômico-financeira, com ampliação do número de países participantes em relação ao G-7 ou G-8.
- Definição de medidas substantivas em direção a reformas das instituições financeiras internacionais.
- Brasil percebido como um dos principais protagonistas da Cúpula.

Reorganização do sistema de Bretton Woods²

- Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, instados a utilizar toda sua capacidade para apoiar países em desenvolvimento e flexibilizar a concessão de crédito, já anunciaram:
 - FMI: criação de novo mecanismo de provisão de liquidez.
 - Banco Mundial: ampliação de crédito para comércio e infra-estrutura.
- Líderes assumiram compromisso de evitar novas barreiras para investimento e comércio, tais como imposição de restrições à exportação ou medidas de apoio à exportação que violem regras da OMC³.
- Prometeram empenho na conclusão da Rodada Doha ainda em 2008.

Compromissos

- Plano de Ação com 28 medidas para serem implementadas até 31mar/09 e 19 medidas de médio prazo.
- Princípios que orientarão reformas programadas:
 - Mais transparência e prestação de contas por instituições financeiras.
 - Aperfeiçoamento da regulação.
 - Promoção da integridade nos mercados financeiros.
 - Reforço à cooperação internacional.
 - Reforma das instituições financeiras internacionais. Fórum de Estabilidade Financeira deve receber maior número de países emergentes.
 - Análise de outros desafios das relações internacionais: segurança energética, mudança climática, segurança alimentar, estado de direito e lutas contra terrorismo, pobreza e doenças.
- Grupos de trabalho e cronogramas serão estabelecidos pelos Ministros das Finanças do G-20, liderados por Brasil, Reino Unido e Coréia do Sul.
- Próxima Cúpula deverá ocorrer até 30abr/09. Reino Unido e Japão se candidataram a sediar.

1 Documentos do G20 financeiro disponíveis em: www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=6039 e www.g20.org/G20/

2 Acordo da Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods, em New Hampshire/EUA, em jul/1944, visou assegurar estabilidade monetária internacional no período do pós-guerra. Definiu sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional, restringindo a especulação com as moedas mundiais. Antes do acordo, o padrão ouro de troca – que prevaleceu entre 1876 e a Primeira Guerra Mundial – dominava o sistema econômico internacional. Criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial nesse mesmo ano.

3 Organização Mundial do Comércio.

PNAD 2007

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registra melhora em indicadores sociais e padrões de consumo da população brasileira

Redução da pobreza e melhora nas condições dos domicílios

- A pobreza caiu de 38,2% da população em 2002 para 28% em 2007¹. Declínio recente na extrema pobreza foi três vezes mais rápido do que o necessário para atingir a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio.
- Renda familiar per capita cresceu 15,6% (2001-2007)¹.
- Mobilidade social: 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social (2001-2007)¹.
- Aumento do poder de compra ampliou acesso a alguns bens duráveis. Mais domicílios foram providos de alguns serviços públicos, como saneamento básico.
- 98% dos domicílios têm acesso a energia elétrica; 84% a água; 88% a coleta de lixo; 52% a esgotamento sanitário; 77% a telefone; 32% a celular; 27% a computador; 20% a internet; 95% a TV; 40% a máquina de lavar.

Mercado de trabalho apresentou resultados favoráveis

- Aumento contínuo do número de empregos foi acompanhado por maior formalização do mercado de trabalho e crescimento da renda dos trabalhadores.
- Acréscimo, de 2002 para 2007, de cerca de 11,8 milhões de pessoas ocupadas².
- Ganho real de 6,8% no rendimento médio de todos os trabalhadores, e de 7,5% no rendimento médio domiciliar, de 2002 a 2007.
- Proporção das pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência ultrapassou a metade dos trabalhadores pela primeira vez, desde o início da década de 1990.
- Trabalho infantil (crianças de 5 a 17 anos) caiu de 12,6% da população ocupada em 2002, para 10,6% em 2007.

Educação

- 97,6% das crianças na faixa de 7 a 14 anos freqüentavam escola em 2007.
- Quatro em cada cinco estudantes do país estão na escola pública.
- Redução de 11,8% para 9,9% na taxa de analfabetismo, entre 2002 e 2007.
- Nível de instrução das mulheres permaneceu mais elevado que o dos homens.

Dados demográficos

- Brasil com padrão de países mais desenvolvidos: redução da fecundidade e maior longevidade da população.
 - Taxa de fecundidade: 5,8 crianças por mulher em 1970, para 1,95 em 2007.
 - Expectativa de vida: 70,4 anos em 2000, para 72,7 anos em 2007.
- São 189,8 milhões de brasileiros: 51,2% mulheres e 48,8% homens; 49,4% brancos, 7,4% pretos, 42,3% pardos e 0,8% outros.

Desafios

- Apesar das quedas recentes, analfabetismo e trabalho infantil ainda encontram-se em níveis elevados no país.
- No caso do saneamento, registra-se importante melhora dentro de um patamar ainda distante do ideal.

¹ Fonte: Ipea. PNAD 2007: primeiras análises, setembro de 2008.

² Se somados aos 2,1 milhões de postos formais criados em 2008 (até out), tem-se 13,9 milhões de ocupações.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Mudanças em várias frentes preparam país para desenvolvimento econômico duradouro e ajudam a enfrentar a crise financeira internacional

Desonerações

- De 2004 a 2009, desonerações tributárias líquidas¹ estimadas em R\$ 74,2 bi.

Medidas para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia²

- **Nova Lei de Falências** (11.101/05 e LCp 118/05): Possibilita rápida alienação de ativos de massa falida, evitando deterioração, sem prejuízo a credores.
- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional** (LCp123/06): Aprofunda desoneração e simplifica procedimentos de registro e legalização de empresas, compras públicas, inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- **Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim** (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas.
- **Novo modelo para setor elétrico** (Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05): cria Empresa de Pesquisa Energética; dispõe sobre a comercialização; cria carreiras em agências reguladoras; e introduz biodiesel na matriz energética.
- **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI** (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- **Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica** (Leis 10.973/04 e 11.196/05): facilita cooperação entre instituições tecnológicas e empresas.
- **Patrimônio de Afetação³ nas Incorporações Imobiliárias** (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má-gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica.
- **PPP** (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- **Abertura do Mercado de Resseguro** (LCp 126/07): possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras.
- **Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis** (Lei 11.638/07, altera Lei das S/A): convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- **Criação da Receita Federal do Brasil** (Lei 11.457/07): unifica arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.
- **Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais** (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): Obriga instituição financeira a fornecer informações e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor.
- **Obrigatoriedade da Conta Salário** (Res. CMN 3.402/06): reduz custo do cliente por movimentar salário e fomenta concorrência entre instituições bancárias.
- **Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs** (Lei 11.058/07): reativa programa, recriando incentivos fiscais.

1 Diferença entre os valores decorrentes de medidas de desoneração e valores de medidas que aumentaram tributos. Inclui valor estimado da desoneração da CPMF em 2008 e 2009. Fonte: Ministério da Fazenda.

2 Siglas utilizadas: LCp – Lei Complementar; MPE – Micros e Pequenas Empresas; PPP – Parcerias Público-Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

3 Capacidade de responder por obrigações financeiras.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET⁴)** Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: proíbem cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar Custo Efetivo Total (CET); facilitam comparação de custos.
- **Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE** (Decreto 6.634/08): regulamenta o funcionamento do CZPE.
- **Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica** (Decreto 6.002/07): menos burocracia e maior controle da arrecadação.
- **Setor de Turismo** (Lei 11.727/08): medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo.
- **Política de Desenvolvimento Produtivo** (Leis 11.774/08 e 11.786/08): incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais. Ver pág. 43.
- **Cadastro Nacional de Empresas – CNE⁵** (nov/08): Interligado à Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, desobriga empresários individuais e sociedades mercantis a fornecerem informações cadastrais a outros órgãos de registro mercantil.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- **Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis** (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação e concorre para ampliar crédito.
- **Execução de sentença judicial** (Lei 11.232/05): agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz procedimentos protelatórios.
- **Súmula impeditiva de recursos** (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; evita recursos de natureza protelatória.
- **Execuções de títulos extrajudiciais** (Lei 11.382/06): agiliza e previne fraude à execução judicial e elimina possibilidade de embargos protelatórios.

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- **Consignação em folha de pagamento** (Lei 10.820/03): minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.
- **Cédula de Crédito Bancário⁶, Letra⁷ e Cédula de Crédito Imobiliário⁸** (Lei 10.931/04): melhora gestão de risco do segmento; é alternativa de capitalização das instituições concedentes de crédito; amplia volume de recursos ao consumidor.
- **Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio** (Lei 11.076/04): Melhora gestão de risco; alternativa de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- **Novo regime de tributação da Previdência Complementar** (Leis 11.053/04 e 11.196/05): incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações de recursos dos fundos de pensão.

4 Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

5 Primeira versão do aplicativo – de início disponível somente para órgãos públicos – lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC em 3dez/08.

6 Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

7 Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

8 Representa os créditos imobiliários.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Isenção de IR na troca de imóveis residenciais** (Lei 11.196/05): reduz custo de transação e promove maior giro e liquidez no mercado.
- **Juros prefixados nos financiamentos do SFH⁹** (Lei 11.434/06): elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor um contrato com maior previsibilidade.
- **Consignado em folha para financiamento imobiliário** (Decreto 5.892/06): estende operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

Em tramitação no Congresso Nacional

- **PL das agências reguladoras** (3.337/04 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.
- **PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** (5.877/05, apensado ao 3.937/04): protege interesses de consumidores; reduz prazos e custos administrativos; define papel dos órgãos¹⁰ que atuam sobre o tema.
- **PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo** (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): permite coleta não apenas de informações “negativas”, mas as “positivas” de empresas/pessoas.
- **PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta** (3.498/08 – Câmara dos Deputados): protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas aos setores.
- **PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural** (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituírem Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- **PEC da Reforma Tributária** (233/08 – Câmara dos Deputados): estabelece nova repartição de recursos e cria IVA-Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal. Ver pág. 39.
- **PL que cria o Fundo Soberano do Brasil** (3.674/08 – Senado Federal) para: (I) formar poupança pública; (II) mitigar efeitos dos ciclos econômicos; (III) promover investimentos em ativos; e (IV) fomentar projetos de interesse estratégico no exterior.
- **MP da Linha de Redesconto** (442/08 – Senado Federal): facilita acesso das instituições com dificuldades de liquidez a recursos do Banco Central.
- **MP que autoriza o Banco do Brasil e Caixa a constituir subsidiárias e a adquirir participação em instituições financeiras** (443/08 – Senado Federal): amplia conjunto de instituições com capacidade de comprar outras, com problemas de liquidez no curto prazo.
- **MP autoriza a utilização de parte dos dividendos e juros sobre o capital próprio da Caixa para garantir o risco em operações de crédito de capital de giro com empresas da construção civil** (445/08 – Senado Federal).
- **PLC cria figura do microempreendedor individual – MEI** (128/08 – Congresso Nacional): altera a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional; institui figura do microempreendedor individual – pessoas com rendimento anual de até R\$ 36 mil¹¹.

9 Sistema Financeiro de Habitação.

10 Secretarias de Acompanhamento Econômico – Seae (Ministério da Fazenda), de Direito Econômico – SDE (Justiça) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

11 Aprovado no Senado, em 3dez/08, projeto retorna para Câmara dos Deputados.

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 53 conferências para debater e aperfeiçoar políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Conselho Nacional de Turismo – CNTUR (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrap (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)
- Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo (2008)

Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006/2008)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006/2008)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)
- Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior (2008)
- Conferência Nacional de Aprendizagem Profissional (2008)
- Conferência Nacional de Segurança Pública (2008)

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

ÍNDICE REMISSIVO

Relação completa de temas que fizeram parte do Caderno Destaques desde a primeira edição (mar/08). Localize os meses em que os temas aparecem

Parte 1 – Brasil Hoje	
Tema	Edição
Biocombustíveis	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Democracia	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Política Externa	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Retrato Econômico	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Retrato Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Parte 2 – Programas 2007 e 2008	
Bolsa Família	mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Cidadania e Inclusão Social	jul, ago, set, out, nov
Criança e Adolescente – Agenda Social	jun, jul, ago, set, out, nov
Mais Alimentos	jul, ago, set, out, nov
Mais Cultura – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Mais Pesca e Aqüicultura	ago, set, out, nov
Mais Saúde	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Mulheres – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
PAC Embrapa	mai, jun, jul, ago, set, out, nov
PAC Funasa	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Pessoas com Deficiência – Agenda Social	jun, jul, ago, set, out, nov
Plano Amazônia Sustentável – PAS	mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Plano Nacional de Turismo – PNT	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP	abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Povos Indígenas – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Registro Civil e Documentação Civil Básica – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Quilombolas – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Reforma Tributária	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Territórios da Cidadania – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	
1º de Maio	mai
Agricultura e Pecuária	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Apoio a Exportadores	mar
Aqüicultura e Pesca	mar, abr, mai, jun, jul
Assuntos Estratégicos	mar, abr
Aviação Civil	mar
Brasil e a crise financeira, O	out, nov
Cartão de Pagamento do Governo Federal	mar, abr
Cesta básica e salário mínimo: variação do poder aquisitivo de 2003 a 2008	mar, abr, mai, jun
Combustíveis	abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Comparativo Econômico 2003-2008 ¹	mar, abr, mai, jun, jul

¹ A partir de agosto, incorporado ao Retrato Econômico, da parte 1.

ÍNDICE REMISSIVO

CPMF	mar
Crédito	abr, mai, jun, jul
Desmatamento e Aquecimento	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Emprego	ago, set, out, nov
Energia Elétrica	abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Esportes	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Exportações – petróleo, combustíveis nucleares e álcool	set
Exportações – máquinas e equipamentos	out
Exportações – veículos automotores, reboques e carrocerias	nov
Fundo Soberano do Brasil	jul, ago
Habitação	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Inclusão Digital	mar, abr, mai, jun, jul
Indústria Naval	jun, jul, ago
Inflação e Alimentos	jun, jul, ago, set
Integração Nacional	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Investimentos e Mobilidade Social	out
Justiça	jul, ago
Meio Ambiente	nov
Marcha dos Prefeitos	abr, mai
Medidas para Setores Médios	mar
Mobilização Social	nov
Mudança no Campo	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Operações da Polícia Federal	abr
Plano Nacional do Livro e Arca das Letras	abr
Portos	jul, ago, nov
Previdência e Terceira Idade	mar, abr, mai, jun
Previdência Social	jul, ago, set, out, nov
Programa Saúde na Escola – PSE	set, out
Projeto São Francisco	jul, ago
Promoção da Igualdade Racial	mar, abr, mai
Reforma Agrária	jul, ago, set, out, nov
Relação Capital-Trabalho	mai, jun
Relação com Estados	jul, ago, set, out
Relação com Municípios	jun, jul, ago, set, out
Remuneração do funcionalismo	mar
Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	jun, jul
Rodada Doha	ago
Saneamento	jun, jul, ago, set
Segurança Energética	mar
Trabalhadores	jun
TV Digital	mar
TV Pública	mar
Vigilância Sanitária	out, nov
Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos	
Ambiente de Negócios	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Artigo. <i>Falso dilema da produção de alimentos</i> , por Hélio Tollini	mai
Artigo. <i>Josué de Castro</i> , por Francisco Menezes	set

ÍNDICE REMISSIVO

Artigo. <i>Mais comida – e muito mais comensais</i> , por Rubens Ricupero	jun
Artigo. <i>O GrameenTupiniquim</i> , por Marcelo Côrtes Néri	mar
Artigo. <i>Os direitos humanos em 2008</i> , por Paulo Vannuchi	mar
Artigo. <i>Política vai parar de ganhar dinheiro com a miséria</i> , por Maria Inês Nassif	mar
Artigo. <i>Produzam biocombustíveis corretos</i> , por Roger Cohen	mai
Artigo. <i>Territórios da Cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro</i> , por Philippe Bonnal	abr
Conselhos e Conferências Nacionais – 2003 a 2008	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov
Estudo: <i>A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas</i> – Ipea	jul, ago
Estudo: <i>Observador 2008</i> – Ipsos	abr
Estudo: <i>Redução da Pobreza e da Indigência</i> – Ipea	set
Exportações por Bloco Econômico	abr, mai, jun, jul, ago
Ibas – Índia, Brasil e África do Sul	nov
Lei que instituiu 2008 o Ano Nacional Machado de Assis	mar
Mulheres: 2 anos da Lei Maria da Penha	set
ODM – Relatório 2007	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Pesquisas do Instituto Datafolha	mar
PNAD 2006 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE	mar
PNAD 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	abr, mai, jun, jul, ago
PNAD 2007	out, nov
PNAD 2007 – Raça	nov
PNAD – Relações de Gênero	nov
PNDS 2006 – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	jul, ago
Pré-Sal	out
Pronunciamento do Presidente da República na FAO, em Roma, 3jun/08	jun
Pronunciamento do Presidente da República na ONU, 23set/08	out
Pronunciamento do Presidente da República sobre o pré-sal em 7 set/08	set
Pronunciamento do Presidente da República no G-20, em São Paulo	nov
Resultado das eleições municipais	out, nov
Reunião Ampliada do CDES – 28ago/08	set

Acesso às edições anteriores:

Mar/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaquemar08.pdf
Abr/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_abril08ultimaversao.pdf
Mai/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_mai08novaversao.pdf
Jun/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_junho08nversao.pdf
Jul/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_julho08.pdf
Ago/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_agosto08.pdf
Set/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques_setembro2008.pdf
Out/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques_outubro2008novo.pdf
Nov/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques_nov2008c.pdf

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

